



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Delegados dos eleitores ou Delegados do partido? A representação política pela voz dos Presidentes de Junta de Freguesia de Lisboa.

Luís Filipe Jesus Dias

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política

Doutora Ana Espírito Santo, Professora Auxiliar

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

[setembro, 2018]

Agradecimentos

A etapa agora concluída não foi iniciada há dois anos, quando decidi enveredar pelo mestrado de Ciência Política no ISCTE. Como é natural, começou muito antes. Deste modo, muitas foram as pessoas que me ajudaram ao longo do tempo neste percurso, a que eu apelidei e banalizei de ‘regresso tardio à escola’. Um desafio de contornos acrescidos, face às diferentes responsabilidades arcadas na vida adulta. Com maior ou menor dificuldade, foi possível conciliar os vários papéis assumidos, numa avaliação extremamente positiva de uma bonita viagem pelo mundo do conhecimento e da Ciência Política em particular.

Do universo da família, serão incontornáveis as figuras do meu Pai e da minha Mãe. Foram eles, com os seus defeitos e muitas qualidades, que me inculcaram o gosto pelos livros, pela política e pelas opções que hoje me definem como ser humano, ser político, ativista, nunca arrependido. Contudo, sem andar de olhos fechados e espírito cego. Às minhas primas Isabel T. e Arminda T., um carinho especial por nunca abandonarem o ‘primo mais velho’.

Correndo o risco de ser injusto por me esquecer de alguém, ou por simplesmente não incluir o mundo, não posso deixar de valorizar o papel da Isabel C., do Domingos M., da Ana E., da Idália T., da Sara C., da Clara M. e do João L. Em momentos distintos deram-me ânimo, força e capacidade para continuar. Aturaram desabafos, ansiedades e inseguranças, mas nunca me deixaram sozinho ou perdido. Houve sempre tempo para uma palavra, um conforto, um carinho, uma ajuda. Uma referência ao Luís C. e ao José Luís C., pela sapiência que ambos me souberam transmitir em momentos de maior inquietação.

Deixo uma palavra de agradecimento à minha orientadora, a Professora Ana Espírito-Santo, cuja paciência só é superada pela minha obsessão em concluir esta fase do meu percurso académico. Natural e merecido, portanto, uma consideração especial pela calma, sensatez e consequência que sempre marcou a sua postura e intervenção comigo.

Por último, retribuir encarecidamente a disponibilidade demonstrada pelos vários autarcas que tive o privilégio de entrevistar. Sem eles, dificilmente este trabalho seria realizado. A todos eles, muito obrigado.

Finalmente, uma única certeza, a de que a luta vai continuar.

Resumo

A representação política substantiva (Pitkin, 1967) enquadrou esta investigação sobre a realidade do poder local. A este nível, a proximidade existente entre representados e representantes supõe uma representação mais substantiva, em que os eleitos são mais sensíveis e agem de acordo com os desejos dos eleitores (Dalton, 2011).

Em Portugal, os partidos políticos são os principais agentes no recrutamento de candidatos e dinamização eleitoral (Martins, 2008). Os representantes são considerados como prováveis delegados do partido, já que o vínculo entre eleitos e eleitores é feito por intermédio dos partidos (Fernandes *et.al*, 2017).

Em 2012, Lisboa é alvo de uma reforma administrativa com as juntas de freguesia a assumirem um conjunto de novas responsabilidades perante as suas populações. Foi neste contexto que se realizaram 11 entrevistas a presidentes de junta, às quais se soma o depoimento escrito de mais um autarca, procurando perceber qual o foco e o estilo de representação adotados. Face à maior proximidade e porventura maior influência dos eleitores, reunindo ainda a ligação ao partido, tentou-se perceber para quem e como representam os eleitos locais.

Concluiu-se que os presidentes de junta assumem serem delegados dos eleitores e menos delegados do partido no exercício do seu mandato. Porém, o modelo de delegação já não explica totalmente a representação política admitida, havendo uma ascendência do estilo político, ou seja, o eleito representa e atua de acordo com a sua consciência, face ao que considera serem os interesses dos seus eleitores. Conjugam-se traços do mandato delegado com o fiduciário.

Palavras-chave: Representação Política, Presidentes de Junta de Freguesia, Foco e Estilo de Representação, Delegado do Partido, Delegado dos Eleitores.

Abstract

Substantive political representation (Pitkin, 1967) framed this investigation on the reality of local government. At this level, the proximity between the represented and the representative assumes a better level of substantive representation in which the representative is more sensitive and acts according to the voters' wishes (Dalton, 2011).

In Portugal, political parties are the main players in candidate recruitment and electoral dynamism (Martins, 2008). Representatives are considered as probable party delegates, since the link between them and voters is established through the parties (Fernandes *et.al*, 2017).

In 2012, Lisbon was subject to an administrative reform, with the local councils taking on a number of new responsibilities to their populations. Within this new institutional framework, 11 interviews were held with local councils' mayors, and a written testimony of another mayor was collected to help understand which representational focus and style is adopted. In view of greater voter proximity and influence, how and for whom local elected officials represent was studied, bringing together links to political parties.

It was concluded that mayors are assumed to be voters' delegates rather than party delegates when it comes to the exercise of their mandates. However, the delegation model no longer fully explains political representation, and there is an uprising of politico style, that is, elected officials represent and act according to their own judgment, in view of what they consider to be the interests of their constituents. This is a blend of the delegate mandate with the trustee mandate.

Keywords: Political Representation, Mayor of Parish Council, Focus and Style of Representation, Party Delegate, Voter Delegate.

Índice geral

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA	3
1.1 – A Representação Política no Epicentro da Democracia	3
1.2 – A Miríade Conceptual da Representação Política	5
1.3 – A Representação Política pelos Partidos	9
1.4 – A Representação Política no Contexto do Governo Local	12
1.5 – O Poder Local na Realidade Portuguesa	14
1.6 – O Caso Concreto da Cidade de Lisboa.....	20
CAPÍTULO II - METODOLOGIA	21
2.1 – O Modelo de Análise.....	21
2.2 – O Método.....	22
2.3 – Descrição da Amostra	25
2.4 – O Dilema da Objetividade.....	26
CAPÍTULO III – RESULTADOS: CONFLUÊNCIAS E DESVIOS	27
3.1 – Análise Descritiva dos Resultados	27
3.1.1 – Delegado dos Eleitores	27
3.1.1.1 – Foco de representação	27
3.1.1.2 – Estilo de representação.....	29
3.1.2 – Delegado do Partido	32
3.1.2.1 – Foco de representação	32
3.1.2.2 – Estilo de representação.....	34
3.2 – Análise Crítica dos Resultados.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
BIBLIOGRAFIA	42
FONTES	49
ANEXOS	I
ANEXO A – QUADROS DESCRITIVOS.....	I
Quadro 1 – Caraterização G/D e eleições autárquicas-assembleias de freguesia-2013/2017	I
Quadro 2 – Contactos e respostas ao pedido de entrevista.....	II
Quadro 3 – Entrevistas: datas de realização e tempo de duração	III
Quadro 4 – Retrato dos presidentes de junta de freguesia.....	III
ANEXO B – GUIÃO DE ENTREVISTA.....	IV
ANEXO C – GRELHA DE ANÁLISE.....	VIII
Anexo C.1 – Delegado dos Eleitores-Foco de Representação-interação e proximidade	VIII
Anexo C.2 – Delegado dos Eleitores-Foco de Representação-conhecimento e sensibilidade	IX
Anexo C.3 – Delegado dos Eleitores-Estilo de Representação-decisão e coerência política.....	X

Anexo C.4 – Delegado dos Eleitores-Estilo de Representação-obstáculos e potencialidades	XI
Anexo C.5 – Delegado do Partido-Foco de Representação-relação com o partido.....	XII
Anexo C.6 – Delegado do Partido-Foco de Representação-influência e orientação.....	XIII
Anexo C.7 – Delegado do Partido-Estilo de Representação-decisão e responsabilidade	XIV
Anexo C.8 – Delegado do Partido-Estilo de Representação-potencialidades e obstáculos	XV

Índice de Figuras e Quadros

Figura I – Modelo de Análise	22
Quadro I – Conceitos/Dimensões/Indicadores.....	23
Quadro II – Representatividade da Amostra.....	25

Glossário de Siglas

AML – Assembleia Municipal de Lisboa
AR – Assembleia da República
CDS-PP – Centro Democrático Social-Partido Popular
CDU – Coligação Democrática Unitária
CML – Câmara Municipal de Lisboa
PCP – Partido Comunista Português
PS – Partido Socialista
PSD – Partido Social-Democrata
UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

A representação política é um dos pilares das modernas democracias liberais ocidentais, sendo imprescindível à sua “organização estruturante” (Martins, 2008:19). Está na base de inúmeros e complexos debates na sociedade e no meio académico em particular. Da representação por nobres e ilustres, à representação por intermédio dos partidos políticos, às reformulações e adaptações alimentadas por crises idiossincráticas resultado do passar do tempo, muito caminho foi percorrido num processo dialético profundamente motivador para quem se apaixona por estas e outras temáticas da Ciência Política.

Uma das questões da filosofia política que sempre marcou a aproximação ao tema da representação é a que se prende com as dimensões sobre ‘quem’ e ‘como’ se representa, explorando a dependência ou independência que os representantes demonstram no exercício do seu mandato e o que os norteia no seu arbítrio. Adotam-se posteriormente os conceitos de foco de representação (quem representa), e de estilo de representação (como representa) (Eulal *et.al*, 1959).

Na relação com estas dimensões, destacam-se os contributos iniciais de Hanna Pitkin (1967), nomeadamente sobre a representação política substantiva que, em síntese, alavanca a tese sobre o desejo pelo melhor equilíbrio possível entre a sensibilidade e responsabilidade que os representantes devem ter e demonstrar perante as pretensões e os interesses dos representados.

Os tempos modernos são marcados pela centralidade dos partidos, enquanto agentes políticos organizados que predominam no campo do recrutamento e seleção, mobilização e participação dos candidatos (Sá, 1992, Martins, 2008, Dalton, 2011, Fernandes *et.al*, 2017).

Os partidos políticos apresentam-se, deste modo, como uma parte importante ao entendimento sobre o foco e estilo de representação adotado pelos representantes (Thomassen, 1994, Teixeira, 2009, Teixeira *et.al*, 2012).

Alguns académicos referem que a proximidade entre eleitos e eleitores no plano local permite uma representação política mais substantiva, isto é, mais responsiva, em que os representantes agem de acordo com os desejos dos representados e são mais sensíveis às suas expectativas (Sá, 1989, Sá *et.al*, 1998, Dalton, 2011, Belchior *et.al*, 2016). Concerto que poderá aumentar os índices de responsabilidade e prestação de contas, elevando a qualidade da representação política (Magnier, 2007, Francisco, 2007: 175).

No contexto infranacional afirma-se também que os representantes parecem assumir o modelo de delegação no exercício do seu mandato, adotando um estilo de representação mais de natureza mandatário (Belchior *et.al*, 2016: 279), apontando-se expetavelmente para a realidade portuguesa os representantes serem considerados como delegados do partido, já que o vínculo entre eleitos e eleitores é feito por intermédio dos partidos políticos (Teixeira *et.al*, 2012, Fernandes *et.al*, 2017: 4).

Procurando explorar e refletir sobre a representação política substantiva na realidade local, a presente dissertação centrou-se especialmente no estudo sobre a cidade de Lisboa. Equacionando o modelo de delegação, objetivou-se perceber qual o foco e o estilo de representação adotados. Em suma, face à maior proximidade e porventura maior capacidade de influência dos eleitores junto dos eleitos locais, somando-se a ligação e a orientação do partido diante destes últimos, tentou-se perceber para quem e como representam os presidentes de junta de freguesia.

Entre 2012 e 2014, a realidade autárquica lisboeta foi alvo de uma reforma administrativa, à qual se associa um processo de descentralização de competências entre os vários patamares do poder local. Lisboa teve inclusive um processo legislativo próprio (Lei nº56/2012¹), face à reorganização territorial e descentralização de competências verificadas também nas autarquias do resto do país (Lei nº22/2012² e Lei nº11-A/2013³).

A reforma administrativa de 2012 determinou para Lisboa a redução do número de freguesias (de 53 para 24), consubstanciando igualmente a descentralização de competências da câmara municipal para as juntas de freguesia, que passaram a assumir novas responsabilidades em inúmeras áreas de intervenção pública.

Perante esta nova arquitetura institucional, entrevistaram-se onze presidentes de junta de freguesia, às quais se adicionou o depoimento escrito de mais um autarca.

Em termos mais latos, considerando a junta freguesia o órgão de base eletiva mais próximo da população, e os presidentes de junta, ainda os principais eleitos neste patamar, este estudo empírico procurou enriquecer o campo da investigação académica sobre a realidade portuguesa a nível infranacional, mais concretamente sobre o foco e estilo de representação dos autarcas nacionais, cujas particularidades são em muito alicerçadas na proximidade e numa representação política, em teoria, mais substantiva.

Nestes propósitos, particulares e mais gerais, procurou-se avançar com um trabalho que, em alguma medida, tivesse no horizonte as preocupações sobre o respeito e sensibilidade dos eleitos perante as opiniões e expectativas dos eleitores (Filipe, 2009: 94), ao qual não será alheio a “problemática da representatividade” apontada por Ana Belchior (2010: 299).

¹Diário da República Eletrónico, Legislação, Lei nº.56/2012, Reorganização administrativa de Lisboa.

²Diário da República Eletrónico, Legislação, Lei nº22/2012, Regime jurídico da reorganização territorial autárquica.

³Diário da República Eletrónico, Legislação, Lei nº11-A/2013, Reorganização administrativa do território das freguesias.

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA

1.1 – A Representação Política no Epicentro da Democracia

Dos fundadores da democracia representativa no século XIX, enfatiza-se a ideia que aponta o ideal de “participação política” circunscrita “ao exercício do sufrágio, momento em que os governantes se submeteriam ao veredito do eleitorado” (Martins, 2010: 116-117). António Fernandes refere que ao longo do século XIX, observaram-se as mudanças mais importantes no caminho que passou do estágio da democracia direta à representativa, assentando na ideia que a “democracia liberal deixa de postular a sociedade de uma classe única ou sem classes” (1997: 133).

A introdução do sufrágio universal, indissociável da superação das barreiras sobre propriedade, classe social, sexo ou idade, marca a passagem do modelo inicial de democracia representativa para o que atualmente existe (Sá, 1986, 1992, Fernandes, 1997, Martins, 2008). A conquista e o alargamento das liberdades, direitos e garantias dos indivíduos, principalmente os integrados nas classes sociais até aí excluídas, consubstanciou um longo processo no campo da democracia representativa que, segundo Luís Sá (1992: 18), foi sinónimo de “uma importante conquista dos povos”, não deixando, todavia, de revelar as suas limitações a vários níveis, algumas ainda bem visíveis nos tempos atuais. Porventura, a “representação política com fonte eleitoral”, imbricada no sufrágio universal, será o modo de afirmação mais consensual da “ideologia e legitimidade estatal” (Sá, 1992: 19), sendo o mecanismo eleitoral o elemento central, ainda hoje, do regime político demoliberal representativo (Martins, 2008, Freire, 2016a: 21).

É possível atualmente encontrar inúmeros estudos e reflexões associados aos resultados da governação política e das atitudes e reações na relação entre representantes e representados. Sobreleva-se nos contextos de crises económicas e financeiras as causas e consequências manifestadas no campo político, aferindo putativas crises do modelo de democracia representativa e das suas instituições (Inglehart, 1977a, Belchior, 2010, Martins, 2010, Belchior, 2015, *Belchior et.al*, 2016, Freire, 2016a, 2016b, Hobson, 2016, Magalhães, 2016, Teixeira *et.al*, 2016), às quais se associam sentimentos crescentes de desconfiança em relação a essas mesmas instituições (Vitorino e Fernandes, 2000, Magalhães, 2003, Belchior, 2010, Scarrow e Gezgor, 2010: 824, Torcal, 2014: 1553), referindo Christopher Robson (2016: 2) que a democracia está refém da lógica de mercado neoliberal que tipifica o atual processo de globalização.

Aborda-se a temática do défice democrático, no contexto da União Europeia em particular (Mair e Thomassen, 2010, Mair, 2013: 118), mas também do défice de legitimidade dos partidos políticos (Biezen, 2014: 187) e o papel que exercem no parlamento, relacionando Manuel Martins a “transferência da soberania nacional para a soberania parlamentar e desta para a soberania partidária” face ao aparente “monopólio partidário da representação” (2008: 115).

É debatida a organização institucionalizada de interesses, que parece reconfigurar a representação política ao “nível de poderes do parlamento”, enquanto instância de mera “ratificação, sob forma legislativa, de acordos e consensos políticos obtidos fora da assembleia representativa” (Vitorino e Fernandes, 2000: 279), contrariando a importância da capacidade dos políticos/representantes em importar as contribuições dos cidadãos, o seu envolvimento em processos participativos, no pressuposto de fortalecer a representação e a legitimidade do próprio sistema democrático (Grimes e Esaiasson, 2014: 758).

Ana Belchior (2010: 65) afirma que se constata “sentimentos de alienação, desafeição, cinismo, desconfiança e hostilidade das democracias estáveis”, não deixando de frisar a autonomia entre as “atitudes face ao sistema e às instituições democráticas” e a “legitimidade democrática” que lhes está imbricada, ideia também sustentada por outros autores (Alexander *et.al*, 2011). Não se trata de uma realidade recente e admite alguma consistência temporal nos países ocidentais (Inglehart, 1977b, 1977c) e nos países do Sul em particular (Torcal *et.al*, 2003: 42, Teixeira, 2009).

A legitimidade democrática é fragilizada, por exemplo, pela abstenção que, atingindo em muitos casos aproximações aos 50%, alimenta sérias dúvidas sobre os *outputs* eleitorais (Dalton *et.al*, 2011: 10). Uma constatação que pode contribuir para o “agravamento do distanciamento entre governantes e governados” (Martins, 2008: 85). A abstenção, porém, é apenas um dos indicadores, entre vários, que se podem utilizar para medir a “qualidade da democracia” (Viegas e Faria, 2004: 255).

A ‘crise’ é, porém, relativa, já que se sublinha paralelamente que a democracia representativa é um processo repetitivo de produção de decisões que transportam em si os métodos (eleições regulares, transparentes e democráticas) que permitem aos cidadãos ajustar o rumo das políticas de governo, corrigindo as discrepâncias face ao proposto e ao realizado efetivamente (Dalton *et.al*, 2011: 170). Revelam neste contexto um pendor retrospectivo, mas também prospetivo (Dalton *et.al*, 2011: 186) e assume-se, a título de exemplo, a valorização maioritária no seio de parlamentares e eleitores da função prospetiva das eleições (Andeweg e Thomassen, 2005: 520).

No espaço da governança, alguns autores (Cruz e Marques, 2017: 2, Flinders e Judge, 2017: 103) elevam a importância do envolvimento dos vários atores na participação e definição de políticas públicas, sublinhando a capacidade real de prestação de contas. Num patamar oposto, a má governança é geralmente sinónimo de falta de transparência, nepotismo e ineficiência, particularidades que influirão na qualidade da democracia representativa em termos gerais.

Para Ana Belchior (2010: 81), “a tónica fundamental da democracia nas sociedades modernas assenta cada vez mais em critérios de qualidade, indissociáveis da aproximação entre eleitos e eleitores”, acentuando Holmberg (1999: 107) que a democracia representativa é considerada um sistema delicado, basicamente construído na confiança, e um afinado equilíbrio entre a liderança

política e a capacidade de responder às expectativas dos votantes. Liderança a mais conduz ao elitismo, responder em demasia conduz ao populismo.

Não será, portanto, descabido o questionamento sobre o próprio conceito de representação política nas suas várias máscaras, funcionalidades e potencialidades num campo que aparentemente não lhe é favorável. No epicentro da democracia representativa, sobressai assim a função da representação que deve conjugar responsabilidade e sensibilidade face às vontades dos representados, indissociável da vontade em aproximar os eleitos dos eleitores. Estes objetivos, em termos mais gerais, deverão contribuir para uma democracia coerente, considerando as decisões políticas que os representantes assumem face aos interesses do povo que representam (Pitkin, 1967: 218, Wessels, 1999: 137, Bowler, 2017).

1.2 – A Miríade Conceptual da Representação Política

A representação política é, como observado, produto das revoluções liberais, aceitando-se nesse sentido o seu enquadramento de “representação política liberal” (Sá, 1986: 22). A representação política arroga-se como um dos eixos centrais do funcionamento da democracia, da sua legitimação e perpetuação, evidenciando várias mutações ao longo da História, distintas no tempo e no espaço face à comunidade política correspondente. No essencial, persegue a materialização do exercício do poder através de representantes que, por via de eleições, recebem o “consentimento necessário ao exercício de funções representativas em diversos órgãos de base eletiva” (Martins, 2008: 19).

Em termos operacionais, o conceito de representação política pode ser entendido como “um método de tomada de decisão (fórmula) que suporta um sistema de governo indireto nas sociedades complexas, assente na legitimação política dos governantes pelos governados, de quem recebem autoridade por mecanismos eleitorais (instrumento de legitimação) para tomar e aplicar decisões de âmbito geral (interesse geral)” (Martins, 2008: 26).

Na senda de Hanna Pitkin (1967), referem-se quatro dimensões para a representação política, concretamente a formalista, simbólica, descritiva e substantiva. A autora sublinha a dimensão substantiva na importância de os representantes atuarem de acordo com os interesses e expectativas de quem os elege (Pitkin, 1967: 209-211), devendo, por isso, conhecer previamente e serem sensíveis às opiniões e pretensões dos representados, consultando-os inclusive quando necessário. Em suma devem saber ser responsáveis.

A representação política consubstancia e simplifica, simultaneamente, um mundo político de crescente complexidade “nos seus elementos constitutivos”, não deixando, no campo das suas consequências, de apresentar um resultado uniforme e lógico (Cotta, [1983] 1998: 1106), apesar de estarmos perante um ‘fenómeno multifacetado’ (Esaiasson, 1999: 110).

Realça-se neste cômputo o conteúdo da função representativa face à relação que se estabelece entre representantes e representados, principalmente *como* e *quem* se representa. Nestas duas vertentes da representação política, a conceptualização liberal moderna tem nas teorizações de Edmund Burke uma das suas referências.

Para o político irlandês do século XVIII, na ótica do *como*, cabe ao representante o papel de administrador ou fiduciário, portador de ‘opinião imparcial, julgamento maduro e consciência iluminada sobre as opiniões e desejos dos seus eleitores’ (Burke, 1970, apud Meadowcroft, 2001: 26-27), atuando neste sentido com total liberdade e de acordo com o que julga serem os melhores interesses dos representados (Conniff, 1977). Sobre *quem* é representado, deve o eleito, enquanto membro do parlamento, ter em consideração, em primeiro lugar, os interesses da nação e, só depois, os interesses locais, assumindo, portanto, uma lógica territorial. Afirma no seu discurso de 1774 que o “Parlamento não é um congresso de embaixadores de interesses diferentes e hostis”, mas “uma assembleia deliberativa de uma nação, com um interesse, o da totalidade – em que nenhum propósito local, nenhum preconceito local, deveria guiar, exceto o bem comum, resultante da razão geral da totalidade” (Burke, [1774] 2012: 101).

Alicerçado nesta construção teórica, Heinz Eulal e outros (1959), propuseram novos conceitos intrínsecos à representação política, emergindo o ‘foco’ e o ‘estilo’ da representação (Thomassen, 1994: 238-239, Méndez-Lago e Martínez, 2002: 64, Teixeira, 2009: 88, Bardi, 2014: 354, Önnudóttir, 2016: 733).

O foco da representação aborda a questão sobre quem é representado, isto é, qual o destinatário da ação do representante - se a comunidade política ou o eleitor de determinado círculo eleitoral. Este dilema complexificou-se com o evoluir societal, alargado já não apenas à questão geográfica - nacional *versus* local -, mas também às organizações como os partidos políticos ou grupos sociais de várias ordens (Judge, 1999: 147).

O estilo de representação reflete o critério de julgamento que os representantes usam no momento da decisão, isto é, se atuam como agentes que seguem instruções dos seus eleitores, de grupos ou organizações várias, ou se decidem de acordo com a sua consciência. Nesta tríade reside a argumentação sobre dois modelos face à substância do mandato representativo, ou seja, o modelo fiduciário - onde impera o mandato livre, sinónimo de um representante independente do representado que decide de acordo com a sua consciência - e o modelo de delegação - assente no mandato imperativo em que os representantes agem de acordo com as instruções dos representados (Martins, 2008: 31, Teixeira, 2009: 88).

Ao modelo de delegação, enquanto preocupação instrumental coerente com a proposta teórica sobre a representação substantiva de Hanna Pitkin (1967), associa-se oportunamente o conceito de ‘vínculo político’, ou seja, o ‘meio segundo o qual os líderes políticos agem em concordância com os

desejos, necessidades e exigências do público ao fazerem as políticas de governo’ (Luttberg, 1974: 3, apud Thomassen, 1994: 237),

Descortinam-se, deste modo, três tipologias que orientam a representação, ou seja, o fiduciário, o delegado e o político, comportando este último, em função de determinadas circunstâncias, atributos quer do tipo fiduciário e/ou delegado (Eulal *et.al*, 1959: 749, ver também Gross, 1978: 361 e Teixeira, 2009: 88-94).

Interessa sublinhar que nas democracias representativas modernas, a representação política agrega características dos vários modelos (Anderson e Goodeyear-Grant, 2005:1032), expondo alguns académicos que os representantes, de forma a obterem maior legitimidade e aceitação da parte dos eleitores face às decisões políticas assumidas, devem ser, em simultâneo e por definição, fiduciários e delegados (Arnesen e Peters, 2017).

O quadro concetual construído a partir do século XVIII desvalorizou na sua fase inicial o papel dos partidos políticos no campo da representação política. Primeiro, porque lhe era precedente e, posteriormente, porque os partidos foram encarados como fragmentadores do todo da nação, face aos interesses compartimentados que cada um representava e defendia. Porém, com a sua emergência, crescente importância, definitiva consolidação e imprescindibilidade nas sociedades representativas demoliberais, surgiu um novo foco e um novo estilo de representação: o político-partidário (Méndez-Lago e Martínez, 2002: 65, Önnudóttir, 2016: 734). Segundo Andeweg e Thomassen (2005), o partido torna-se o foco da representação e a lealdade partidária tipifica o estilo de representação, emergindo o que pode ser definido pelo delegado do partido.

Desenvolvendo esta taxonomia face aos atuais sistemas políticos europeus, refere Conceição Teixeira a possibilidade dos representantes puderem ser do tipo fiduciário, delegado do partido, delegado dos eleitores ou político (2009: 88). Na definição do “estilo político”, entende esta autora que se

“traduz na procura de um ponto de equilíbrio entre o cumprimento das orientações e instruções do partido a que pertença, a receptividade perante as opiniões e os interesses dos eleitores do seu círculo e a preservação de uma certa autonomia de julgamento político, em assuntos que remetem essencialmente para matérias de «consciência»” (Teixeira, 2009: 94).

Por último, importa-se o conceito da ‘congruência’, porventura o mais utilizado para medir a qualidade da representação política na sua dimensão substantiva (Pitkin, 1967), apesar de alguns autores considerarem que a medição da representação, no campo da sua capacidade de resposta (*responsiveness*), tem na congruência um elemento importante, mas limitado, afirmando inclusive que não é, nem condição necessária, nem suficiente nesse propósito (Eulau e Karps, 1977: 242).

Por conseguinte, será apenas uma forma de olhar para a representação e não uma evidência de uma superior expressão normativa da representação democrática (Belchior, 2012: 354). Não deixa de se valorizar que “a representação obriga a que os representantes sejam potencialmente congruentes com o eleitorado, podendo as suas decisões conflitar com este se o interesse público assim o justificar” (Belchior, 2010: 73).

Refere Bernhard Wessels que o elevado grau na congruência de atitudes entre líderes partidários e votantes não garante por si só uma ação política em consonância da parte dos representantes (1999: 139).

A congruência é estudada por vários autores na ótica das diferentes motivações e atitudes que os militantes, quadros, líderes e candidatos assumem na organização interna do partido, mas também na arena política. Como linhas orientadoras do envolvimento político nestas várias vertentes, conjugam-se os princípios do partido, os incentivos ideológicos e eleitorais, num quadro onde surgem diferentes níveis de posicionamento face aos assuntos em causa (Norris, 1995, Belchior, 2010, Dalton, 2015).

André Freire (2006) questiona a importância atual dos fatores sociais como dimensão explicativa para a previsão das orientações esquerda/direita dos eleitores, sobrevalorizando as identidades sociais em detrimento da estrutura social às quais não será indiferente o baixo nível de polarização ideológica do sistema partidário, a indiferenciação ideológica dos partidos e dos governos, bem como os diferentes níveis de envolvimento cívico e conhecimento político dos eleitores, que adotam novos significantes sobre a dicotomia esquerda/direita (Freire e Belchior, 2009).

São vastos os estudos que exploram conceptualmente a dicotomia de valores ‘esquerda *versus* direita’ (Huber e Inglehart, 1995, Bobbio, 1995, Fernandes, 1997, Giddens, 1997, Freire, 2000, Fernandes, 2002, Freire, 2004, Freire 2009: 257, Machado, 2009: 25). Um campo teórico profundamente dialético, apontando, porém, para determinados assuntos, alguma insuficiência na sincronização das preferências dos eleitores com as posições dos partidos (Thomassen, 2012: 24, Bardi, 2014: 356). Não deixa, mesmo assim, de ser considerado o mais forte preditor da escolha partidária (Thomassen e van Ham, 2014: 416). Russel Dalton (2017: 197-198) aponta a importância da performance do partido no governo face às expectativas dos seus eleitores no campo da sintonia ou antinomia face ao referido.

Assumindo os partidos políticos a ponte entre a sociedade civil e o Estado, concretizada pelo mecanismo de eleições políticas, enquanto “instrumento de conquista do poder e de seleção dos governantes” (Martins, 2008: 121), é importante aprofundar a natureza, objetivos e transformações dos partidos no campo da representação política.

1.3 – A Representação Política pelos Partidos

Nas sociedades desenvolvidas do Ocidente, os partidos políticos têm um exercício essencial na ótica da representação política (Dalton, 1985, Pierce, 1999, Dalton *et.al*, 2011, Cyr, 2016), afirmando-se a sua importância ao funcionamento das democracias representativas (Dalton *et.al*, 2011: 3). Assume-se que o “Estado representativo moderno é, quase por toda a parte onde se constituiu, também um Estado de partidos” (Sá, 1992: 100). Manuel Martins refere inclusive que a representação moderna confia “um mandato duplo: o mandato dos eleitores e o mandato dos partidos” (2008: 113). São também os partidos políticos que predominantemente selecionam e recrutam as elites políticas que integram os putativos candidatos (Dalton *et.al*, 2011: 44).

Neste contexto, enfatiza-se no campo da representação política, o modelo dos partidos políticos ou o modelo do partido responsável (Cotta, [1983] 1998, Thomassen, 1994), cujas principais características apontam a existência de apenas dois atores no processo de representação política, os eleitores e os partidos. Os partidos apresentam-se como atores unitários, onde prevalece a disciplina partidária. Trata-se de um modelo assente em vários princípios, designadamente na existência de competitividade partidária e clareza das várias propostas programáticas na arena política, suficiente disciplina e coesão interna que permitam salvaguardar a execução do programa político e o desejo dos eleitores de votarem racionalmente, isto é, no partido mais próximo das suas preferências políticas, sendo para isso necessário que as tenham e que conheçam os vários programas políticos dos diferentes partidos (Thomassen, 1994: 251-252, Cotta, [1983] 1998: 1105). Para Eva Önnudóttir, o modelo do partido responsável pode ser considerado como a tentativa por conciliar os interesses das três partes envolvidas no puzzle da representação política, nomeadamente os eleitores, os eleitos e os partidos (2014: 542).

No campo da representação política pelos partidos, será indissociável importar as metamorfoses que conjugam teses sobre crise e declínio com propostas de reconfigurações que recentram os partidos na arena política (Dalton, 1985, Katz e Mair, 1995, Pierce, 1999, Mair, 2003, Martins, 2008, Dalton *et.al*, 2011, Bardi *et.al*, 2014, Rose, 2014, Freire, 2016b).

Na relação entre os representados e os partidos políticos, vários elementos apontam para o relativo afastamento dos militantes e dos eleitores em termos gerais. Os tempos modernos são marcados pela dicotomia alinhamento/desalinhamento partidário, por níveis mais elevados de abstenção, pela diminuição da identificação e congruência ideológicas entre eleitores e eleitos, pelo decréscimo acentuado do ativismo e militância partidária e pelo latente sentimento anti partidos (Inglehart e Hochstein, 1972, Thomassen 1999, Mair e Biezen, 2001, Mair, 2003, Whiteley, 2009, Belchior, 2010, Dalton *et.al*, 2011, Biezen *et.al*, 2012, Teperoglou *et.al*, 2014, Biezen e Poguntke, 2014, Poguntke *et.al*, 2016, Pereira e Lisi, 2016, Kölln e Polk, 2017).

Neste contexto conturbado, a reflexão sobre o partido político responsável assume uma importância redobrada, concretamente sobre a sua capacidade em ser responsivo ou sensível às expectativas dos seus militantes e eleitores. Um campo de estudo com vastos contributos, não conclusivos, porém, conservando aceso o debate que hoje interessadamente se mantém na sociedade e na Academia em particular (Pierce, 1999: 9, Thomassen, 1999, Holmberg, 1999: 89, Martins, 2010: 87, Dalton, *et.al*, 2011: 196, Mair, 2013, Rose, 2014: 253-254).

Outros autores referem ainda o problema da tensão histórica entre ‘sensibilidade’ e ‘responsabilidade’ que afeta o ‘governo pelos partidos’ (Bardi, 2014: 353). Compreende-se no plano da ‘sensibilidade’, a ‘exigência normativa’ de se responder positivamente às ‘reivindicações de curto-prazo de votantes, opinião pública, grupos de interesse e *media*’, enquanto a ‘responsabilidade’ é identificada face às ‘necessidades a longo-prazo dos seus povos e países que vão para além das expectativas de curto prazo’, aliado às ‘exigências de carácter internacional’, nomeadamente em termos do ‘mercado, dos compromissos internacionais estabelecidos’, entre outras (Bardi *et.al*, 2014: 237). Uma realidade à qual Richard Katz apelidou de ‘situação híbrida’ dos partidos (2013: 188).

As insuficiências da representação política, assente na tese da crise dos partidos políticos, fundamentam uma realidade que enfraquece as máquinas partidárias, obrigando-as a procurar soluções que invertam esse declínio. Um dos caminhos privilegiados, indissociável da tentativa de projetar uma imagem mais democrática da organização partidária, passa pela renovação regular dos ‘chefes’ dos partidos ou no reforço dos direitos dos seus membros - definição do programa político e escolha de candidatos (Inglehart e Catterberg, 2002: 314, Scarrow e Gezgor, 2010: 824).

Recorre-se à instituição de novos procedimentos internos – criação de fóruns - que valorizem uma maior e mais alargada participação dos membros do partido, ampliando a sua capacidade deliberativa nos processos de decisão (Acceti e Wolkenstein, 2017:101-102). Assume-se a realização de ‘primárias’ e a eleição direta dos líderes, abrindo o partido à respetiva comunidade (Cancela *et.al*, 2017). Procura-se, conseqüentemente, responder à diminuição do número de militantes, mas também promover a mobilização e participação política dos cidadãos, aproximando simultaneamente o partido da sociedade que integra (Scarrow e Gezgor, 2010: 840).

Neste novo quadro, afirma-se o potencial risco da “erosão dos mecanismos tradicionais de representação política” (Vitorino e Fernandes, 2000: 279). Abre-se caminho a novas formas de participação política desafiadoras da participação tradicional, valorizando a democracia direta, deliberativa e participativa (Biezen e Poguntke, 2014: 214). Observa-se o surgimento de movimentos e organizações populistas, cavalcando a onda anti partido (Kölln, 2014: 467), mas também um crescendo de sentimentos e partidos antissistema (Torcal *et.al*, 2003). Assiste-se a novas formas de representação política provenientes da sociedade civil, em torno da figura de candidatos independentes

ou movimentos e grupos de cidadãos, procurando substituir os partidos nas áreas onde já não são eficazes (Bardi *et.al*, 2014: 249).

Outros autores contrariam a tese da erosão dos partidos, assumindo uma linha de continuidade, isto é, defendem a capacidade de reinvenção dos partidos e o seu papel central das e nas democracias representativas, garantindo a sua gestão e funcionalidade democrática (Mair, 2003, Bardi *et.al*, 2014: 249, Thomassen e van Ham, 2014, Poguntke *et.al*, 2016: 674).

A este propósito, Peter Mair refere “uma mudança do centro de gravidade do partido, que passa do partido no terreno para o partido que desempenha cargos públicos”, corporalizando uma “mudança que dita o fim da organização partidária na sua concepção tradicional”, passando os partidos a ter uma “base organizacional cada vez mais fraca, mas uma face pública cada vez mais forte e mais eficazmente mantida”. Acrescenta que perante uma “nova divisão do trabalho, na qual as organizações de interesses canalizam a representação”, os partidos ocupar-se-ão da governação (Mair, 2003: 282-291).

O mesmo autor reforça esta tese uma década depois, ao afirmar que os partidos se transformaram em agências que apenas governam, perdendo em alguma medida a sua função de representação (Mair, 2013: 97). Um cenário que reintroduz a interrogação sobre a sustentabilidade futura da democracia assente nos partidos políticos (Biezen, 2014: 189).

É no campo do parlamento onde os partidos e, por via destes os representantes se debatem com o problema da representação política. Refere-se, neste sentido, a ambiguidade do mandato que é conferido aos deputados, apontando alguns estudos empíricos a difícil triangulação entre as vontades dos eleitores, do partido de que fazem parte e os assuntos sobre os quais se têm que pronunciar (Andeweg e Thomassen, 2005).

Também importante, a prática generalizada na maior parte das democracias ocidentais liberais de uma forte coesão e disciplina partidária no parlamento, cabendo no essencial aos partidos decidirem o que acontece neste órgão representativo (Dalton *et.al*, 2011: 197-198). Sublinha-se paradoxalmente a este propósito, no vasto estudo sobre a realidade francesa endereçado por Converse e Pierce (1979: 557), que o relativo afastamento dos deputados da disciplina partidária contribui para uma maior congruência, quer na representação dos interesses locais, quer na relação que estabelecem com os eleitores.

Não foram só os partidos que tiveram que se adaptar a uma realidade em constante transformação. Na figura do ‘parlamento ocidental’ reside o epicentro da representação política da vontade soberana do povo. As configurações jurídico-constitucionais, políticas, institucionais, sociais e económicas, associadas a novas dinâmicas externas que influem no governo e funcionamento interno de cada país (diretrizes emanadas de organismos supraestatais, como o caso da UE), revelam

idiosincrasias próprias, mantendo, contudo, inalterada a sua essência originária no campo da representação política nas atuais democracias liberais ocidentais.

É, portanto, no parlamento e no seio dos deputados/representantes que se assume a importância de uma maior representatividade, transparência, acessibilidade e prestação de contas perante os seus representados. Por conseguinte, foram adotados em vários parlamentos europeus práticas e mecanismos - petições, audições, visitas educativas, constituições de comissões para discussão de assuntos locais, entre outros - ambicionando reaproximar os cidadãos das instituições e dos seus representantes (Leston-Bandeira, 2012, 2016, Judge e Leston-Bandeira, 2017).

São exposições e argumentações que, em sùmula, retratam o resultado da tensão continuada entre o ideal e o alcançado de facto no campo da representação política (Pitkin, 1967: 240), justificando estudos (Leston-Bandeira e Freire, 2003, Leston-Bandeira, 2004, 2012, 2016, Judge e Leston-Bandeira, 2017) que procuram retomar ou reinventar rotas de aproximação entre os representantes e os representados, num contexto de sociedades mais complexas onde a interligação e representação dos vários interesses em causa se devem sobrepor à mera ideia de agregação (Leston-Bandeira, 2016). Em síntese, é essencial saber conjugar o interesse nacional com as especificidades regionais ou locais, os interesses coletivos com os individuais, intermediados por representantes organizados ou não pelos partidos políticos que, como suprarreferido, mantêm, ainda, a predominância nesta dimensão.

1.4 – A Representação Política no Contexto do Governo Local

A realidade local foi alvo de uma crescente complexidade perante novos focos de poder, à qual se conjuga a erosão do exercício representativo, justificando um conjunto de reformas, no que Magnier definiu como ‘tentativas multifacetadas de adaptar a estrutura representativa às novas pressões sobre o governo local’ (2007: 353).

Neste sentido, assistimos na Europa a diferentes processos reformistas. Na Alemanha, Áustria, Inglaterra e Suécia observou-se a ‘recentralização’ (crescimento das regiões em detrimento dos governos e, simultaneamente, dos governos centrais a expensas dos governos subnacionais). Em França e Bélgica operou-se a ‘regionalização’ (crescimento das regiões à custa do governo local e dos governos centrais). Na Dinamarca, Holanda e Irlanda verificou-se a ‘polarização’ (crescimento dos governos a nível local e central em detrimento das regiões). Em Espanha, Grécia, Itália, Polónia, República Checa, Hungria e Portugal caminhou-se no sentido da ‘descentralização’ (crescimento da influência dos governos subnacionais, principalmente dos governos locais) (Magnier, 2007: 358).

Relacionado com estes processos reformistas, em termos concretos, foram adotadas um conjunto de medidas que interessa sublinhar. Por exemplo, em Itália, Alemanha, Noruega, Israel e Inglaterra, foi decidida a eleição direta do presidente de câmara (Bolgherini, 2007, Guérin e Kerrouche, 2008, Evans, 2014, Debus e Gross, 2016). Em Espanha, Itália, Inglaterra, França, Bélgica

foi atribuída maior autonomia e novas competências a nível do poder local, pela descentralização de funções do Estado central (Bolgherini, 2007, Francisco, 2007, Meguid, 2015, Fitzgerald e Wolak, 2016), verificando-se nos casos da Polónia, Hungria, Bulgária e República Checa, o enfâse na descentralização de algumas funções sociais, como a saúde e a educação (Campbell e Coulson, 2006).

Assiste-se, em paralelo, ao reforço dos poderes executivos dos autarcas, aprofundando o caminho da profissionalização dos eleitos locais, como em França, Alemanha, Áustria, Dinamarca, Espanha, Hungria, Lituânia, Holanda e Portugal (Egner e Heinelt, 2008, Guérin e Kerrouche, 2008). Houve ainda lugar à redefinição das regras do sistema eleitoral nos casos de França, Alemanha e Dinamarca, com consequências no campo da competição e participação política, já não limitado aos partidos políticos, mas envolvendo também a apresentação de listas de cidadãos independentes (Kolk, 2005, Kjaer e Elklit, 2010).

Algumas destas medidas, em teoria, procuram melhorar o nível de execução de políticas públicas (como a prestação de melhores serviços nas mais variadas áreas). Ambicionam igualmente revitalizar a participação política e o maior envolvimento público e democrático dos cidadãos nos processos que concernem à vida política da comunidade local. Em suma, valoriza a lógica da representação política responsiva, aproximando eleitos de eleitores, autarcas dos cidadãos.

Em contraponto ao distanciamento no plano nacional entre candidatos/representantes e eleitores, onde o mandato fiduciário (independente) parece ser a norma (Belchior, 2010), no plano local ou infranacional assume-se uma proximidade maior entre eleitos e eleitores (pelo menos em períodos de campanha eleitoral) (Dalton *et.al*, 2011: 62-65), pelo que o estilo de representação será mais de natureza mandatário, o que permite, paralelamente, “um papel e poder mais ativo e presente dos cidadãos no processo político” (Belchior *et.al*, 2016: 279).

Apesar do contexto paradoxal que nos indica taxas de abstenção mais elevadas nas eleições locais do que nas eleições nacionais (Fitzgerald e Wolak, 2016), outras investigações reforçam as teses que reconhecem a tendência dos governos locais para serem vistos como mais responsivos, verificando-se, na Europa ocidental, uma maior confiança das pessoas no governo local do que no governo nacional, além de ser a este nível que reside uma maior responsabilidade perante vários domínios pelos quais os cidadãos esperam respostas e soluções dos seus representantes (Bolgherini, 2007: 91, Magnier, 2007, Koop, 2016, Fitzgerald e Wolak, 2016: 132-135, Sousa e Maia, 2017: 10).

O governo local e a representação política a nível infranacional não deixam, todavia, de se confrontar com alguns obstáculos e desafios. Identifica-se por exemplo a prática do “clientelismo” e da “corrupção”, incitando o favorecimento de interesses individuais em detrimento do interesse comum (Campbell e Coulson, 2006, Francisco, 2007), apesar de alguns autores defenderem igualmente que o “clientelismo” é necessário à boa alocação de recursos (Lopez e Almeida, 2017).

Menciona-se as questões da pessoalização, personalização e profissionalização do cargo dos eleitos locais, e do presidente em particular que, com poderes reforçados, secundariza a função do executivo e mesmo dos partidos a nível local (Bolgherini, 2007, Egner e Heinelt, 2008, Guérin e Kerrouche, 2008, Evans, 2014, Meguid, 2015). Identificam-se os vários papéis assumidos pelo líder da autarquia no campo da representação política, alimentando ambiguidades e contradições sobre o foco e o estilo da representação face a ambições pessoais, interesses da comunidade local e diretrizes político-partidárias a que está sujeito (Magnier, 2007, Kjaer, 2015).

Refere-se para alguns casos a insuficiência de meios (humanos, materiais e financeiros), face ao acréscimo de responsabilidades a nível do poder local, matéria também imbricada nas assimetrias relacionadas com as dimensões geográficas e demográficas do município (Campbell e Coulson, 2006, Magnier, 2007, Ryšavý e Bernard, 2013). Aborda-se o papel dos partidos políticos que continuam a determinar o rumo das opções e decisões políticas, independentemente dos particularismos locais (Kolk, 2005, Martínez-Fuentes, 2008, Debus e Gross, 2016).

É também notada a emergência de novos atores do setor privado que assumem papéis de cogovernança, prestando serviços públicos alicerçados em decisões políticas como as parcerias público-privadas, concessões e externalizações, no que é entendido pela complementaridade entre o governo e a governança local (Campbell e Coulson, 2006, Wollmann, 2012: 66). Estudos mais recentes referem uma inversão desta prática em alguns países, relativa e talvez mitigada, face à remunicipalização de serviços prestados à comunidade (Wollmann, 2016).

1.5 – O Poder Local na Realidade Portuguesa

Em Portugal, os partidos políticos e o parlamento são os principais veículos da representação política. Face ao domínio dos partidos neste campo, afirma-se a “consolidação do Estado de partidos” (Vitorino e Fernandes, 2000: 285) ou o “monopólio partidário da representação política” (Teixeira, 2009: 399) que, conseqüentemente estendem essa mesma preponderância às principais instituições representativas como a Assembleia da República, carregando potencialmente para o parlamento alguns dos problemas identificados por Ana Belchior, como a desconfiança, a fraca responsabilização dos representantes, em suma, pela “crise da representatividade dos eleitorados” (2010: 178).

À semelhança de outros países, o parlamento português foi alvo de um conjunto de reformas iniciadas na década de noventa do século passado e, entre muitas, destaca-se o direito de petição. Na génese destas reformas está a tentativa de aproximar os cidadãos das instituições representativas, procurando obter um maior escrutínio da ação do governo pelos cidadãos e uma maior legitimação do próprio órgão legislativo e deliberativo que corporiza a Assembleia da República (Leston-Bandeira e Freire, 2003, Leston-Bandeira, 2004). Contudo, os fracos resultados, por exemplo em torno do referido direito de petição, alimentaram sentimentos de desilusão face às expectativas inicialmente criadas e, em alguma medida, defraudadas (Leston-Bandeira, 2004: 94).

Portugal tem sido enquadrado numa realidade distinta dos restantes países da Europa, considerando o ‘processo tardio de democratização’ (Inglehart e Catterberg, 2002). Em conjunto com a Grécia e Espanha, integra o grupo das ‘jovens democracias’ face aos processos revolucionários ocorridos nos anos 1970. Segundo alguns autores (Mair, 2003: 279, Biezen *et.al*, 2012), foi este o motivo pelo qual apresenta, em termos do declínio a curto prazo da filiação partidária, um sentido contrário ao verificado no resto das democracias liberais europeias.

Scarrow e Gezgor referem ainda, que “Portugal, Irlanda e Espanha foram os únicos países que viram aumentar o número de militantes partidários no período de 1980 ao início do século” (2010: 826). Uma constatação evidente entre 1976 a 2001, pelos dados relativos aos maiores quatro partidos políticos - PS, PSD, PCP e CDS-PP (Martins, 2004: 594-595). Contudo, face ao universo do eleitorado, Portugal não deixa de evidenciar níveis débeis no número de militantes partidários, apresentando a longo prazo a mesma tendência de declínio que se constata em praticamente todos os países da UE (Mair e Biezen, 2001: 9, 16, Biezen *et.al*, 2012: 27-28,45, Biezen e Poguntke, 2014: 206, Poguntke *et.al*, 2016: 667).

A realidade portuguesa, integrada no conjunto dos países do Sul, apresenta uma associação negativa e moderadamente forte entre as orientações culturais anti partidárias e o envolvimento em todas as formas de participação política apartidária (Torcal *et.al*, 2003: 42, Teixeira, 2009: 479). São ilações também exteriorizadas por Ana Belchior (2010: 146-148), quando afirma que em Portugal é evidente “um cenário de manifesto divórcio entre representantes e representados”, associados a “fenómenos de populismo e clientelismo no sistema político transversais no tempo”, que em larga medida espelham uma “significativa tendência para sentimentos anti partidários”.

Refere-se ainda, que os cidadãos portugueses (a par dos cidadãos espanhóis), são os que demonstram níveis de desconfiança mais elevados da Europa (Torcal, 2014: 1544), nomeadamente em relação às instituições representativas e os partidos políticos em particular. A título de exemplo, entre 2008 e 2012 a desconfiança dos portugueses subiu de 49,7% para 67,5% em relação ao Parlamento, de 69,1% para 80,2% em relação aos partidos políticos e de 70,1% para 80,7% em relação aos políticos (Torcal, 2014: 1549).

Sentimentos e perceções que, acima de tudo, poderão reforçar o que André Freire menciona sobre a satisfação dos portugueses com o funcionamento da democracia - apontando o seu declínio entre 1985 e 2012 – tendência que, entretanto, foi timidamente invertida - entre 2012 e 2014 - (Freire, 2003: 154, 2016b: 182). Ideia revigorada por outros autores, quando concluem que os portugueses, antes de 2008 e depois de 2012, apesar de criticarem os partidos políticos, não deixam de os considerar indispensáveis à existência da democracia, particularizando positivamente as suas funções de intermediação e facilitação ao nível da participação política dos cidadãos (Teixeira, 2009: 455, Teixeira *et.al*, 2016: 724-725). Reconhecimento coerente com o facto de Portugal possuir um sistema

eleitoral altamente centrado nos partidos políticos (Dalton *et.al*, 2011: 47), sendo consensual que o aprofundamento da temática da democracia representativa em solo português está profundamente interligado à performance dos partidos políticos.

Num quadro político-institucional de representação política centrado nos partidos, nas eleições autárquicas de 2013 observou-se a emergência de um maior enfoque nos candidatos independentes, no aumento da abstenção e do número de votos brancos e nulos, mas também do crescimento exponencial das listas de cidadãos. São elementos que aparentam desafios acrescidos ao atual sistema partidário (Freire, 2016b: 184), sendo aceitável, porém, que nas sociedades democráticas, possa existir compatibilidade dos partidos políticos “com o surgimento de movimentos, grupos de cidadãos ou outras formas de associação de todos aqueles que queiram legitimamente intervir e participar na vida política, social e económica” (Sá *et.al*, 1998: 137).

A revolução de 1974 permite a fundação e a consagração constitucional do Poder Local Democrático⁴, que consubstancia e disciplina a realidade das autarquias locais (câmaras municipais e juntas de freguesia) “dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses específicos dos cidadãos da sua área”, enfatizando-se as freguesias que, “dentro do território municipal, visam a prossecução de interesses próprios da população residente em cada circunscrição paroquial” (Bilhim, 2004: 15-16).

António Fernandes reflete sobre a importância de libertar o poder local dos “imperativos partidários” que determinam a “lógica da democracia representativa nacional”, assumindo a importância das “funções de poder nas instituições políticas de uma comunidade” deverem pertencer a essa mesma comunidade, admitindo a possibilidade dos eleitos representarem “verdadeiramente os interesses dessas populações porque a elas estão diretamente ligados” (1992: 35-37).

É nas freguesias que Luís Sá (1989: 61) alude a importância da proximidade e de um “sentimento da comunidade como espaço”, visível pela vizinhança e entreajuda, apontando a necessidade de ser também um lugar de democracia, assente num Estado Democrático de Direito, o princípio essencial da existência de eleições em todos os “patamares de exercício do poder importantes para as populações, designadamente de carácter territorial” (Sá *et.al*, 1998: 132). A ideia de proximidade aliada aos processos de matriz democrática é também sublinhada por outros autores (Fonseca, 2003, Francisco, 2007, Cardoso, 2013).

Na ótica dos eleitores, é “ao nível da administração local que a mobilização para a participação parece ter mais potencialidades” (Fonseca, 2003: 336). Os “contextos de proximidade” são sinónimo de “maior transparência e imputação de responsabilidades às decisões públicas”, com “maior prontidão na reação da classe dirigente aos problemas das pessoas, satisfação das suas

⁴*Constituição da República Portuguesa, 30 Anos - 1976-2006* (2006), artigos nº235 e 236, Editorial «Avante!», S.A., Lisboa p.133

necessidades de identificação territorial e promoção de uma democracia mais participada, aberta à sociedade civil” (Francisco, 2007: 175).

Contudo, no campo da participação política, André Freire não deixa de afirmar a importância dos fatores nacionais nas eleições autárquicas, denominadas de “segunda ordem”, onde os eleitores aproveitam para “expressarem o seu descontentamento com o governo nacional”, concluindo que as “eleições de primeira ordem”, nomeadamente as eleições legislativas e a situação económica do país em termos gerais, “têm um impacto importante, persistente e estrutural nas eleições de segunda ordem” (2005: 844).

Uma análise das eleições locais a partir de um prisma distinto, é proposto por outros autores, quando as consideram como um mero ato formal que deve, no essencial, estar direcionada para os resultados, vingando a opção da figura do “gestor” enquanto marca essencial do principal candidato (Bilhim, 2004, Carvalho, 2011). Valoriza-se deste modo, em patamar idêntico ou superior ao programa do partido político concorrente nas eleições, os traços pessoais do ‘cabeça-de-lista’, isto é, “a postura da pessoa, o estilo de gestor do candidato a presidente”, sublinhando a prioridade dos partidos em saberem quando e como escolhem as “personalidades” que concorrem à presidência da autarquia (Bilhim, 2004: 60-62). Em confluência com esta ideia, Manuel Carvalho aponta os novos desafios que se colocam aos representantes locais que, para além da legitimidade política e legal, devem possuir “competências técnicas ao nível da governação municipal” (2011: 324).

Afirma-se ter sido a partir da década de setenta que se evidenciou um grande dinamismo e participação das populações na vida da respetiva comunidade, com “algum protagonismo por parte das autarquias locais”, sucedendo-se o “período de (re)arrumação das intervenções e das atribuições, com a concentração destas últimas no Estado central e a posterior – embora tímida – transferência para o Estado local de algumas competências” (Cardoso, 2013: 132). Um processo que justifica em alguma medida o alimentar de um “espaço de tensões, conflitos e negociações”, envolvendo democraticamente as motivações e interesses de vários atores, tais como o Estado, os partidos políticos, sindicatos, representantes do patronato, organizações da sociedade civil e os próprios cidadãos (Cardoso, 2013: 137-138).

Nos últimos anos, as autarquias portuguesas foram tendencialmente alvo de processos de descentralização, passando a assumir crescentes responsabilidades junto das respetivas populações (Magnier, 2007). Para a realidade nacional, a mais recente legislação sobre esta matéria (Diário da República, Lei nº22/2012, Lei nº11-A/2013 e Lei nº50/2018) determinou a reorganização territorial e a descentralização de um conjunto de competências para as autarquias. Refira-se que para a cidade de Lisboa, foi criada legislação própria nesse propósito (Lei nº56/2012).

Há quase três décadas Luís Sá apontava alguns aspetos negativos da descentralização, só passíveis de mitigar ou eliminar com a existência de pluralidade nos órgãos de poder e decisão alicerçados pelas regras do jogo democrático, afirmando que:

se a descentralização torna por vezes mais evidentes fenómenos de caciquismo, compadrio e até de corrupção, tal não se deve a ela ser um mal, mas apenas a tornar mais evidentes as taras de certos sistemas de exercício do Poder, que são menos óbvias, mas nem por isso deixam de existir, embora com formas diferentes, quando, o Poder é centralizado (1989: 37).

Refere ainda que a

regionalização e os processos de fortalecimento das freguesias e dos municípios se devem inserir num projeto político coerente de reforço da participação e intervenção popular e, mais do que isso, da capacidade de decisão descentralizada e que não faz sentido, fortalecer nenhum dos níveis de administração à custa dos restantes (Sá, 1989: 61).

Assume por fim, que é mais exequível associar elementos da democracia participativa à representação política “exatamente na medida em que esta se aproxima dos problemas das populações”, aumentando por esta via a prestação de contas e sensibilidade dos representantes face às expectativas dos representados (Sá *et.al*, 1998: 131-135).

Face aos processos de descentralização e as “perversões” interligadas apontadas por Sá (1989: 37), relacionam outros autores para a realidade infranacional, o excessivo poder concedido aos presidentes de câmara (enquanto grandes empregadores e com responsabilidades várias em áreas determinantes à respetiva cidade que presidem), enquanto elemento que alimenta práticas de clientelismo e corrupção (Cruz e Marques, 2017: 4). Em suma, recalca-se a figura do autarca como “gestor-patrão, aproximando o seu papel de desempenhos empresariais” (Fernandes, 1992: 36), numa perspetiva que tem demonstrado alguma persistência no Portugal local contemporâneo.

Vários são os trabalhos de investigação que ao longo do tempo foram sendo produzidos sobre a representação política infranacional, numa conjuntura de profundas alterações, expondo os muitos desafios que confrontam o poder local democrático desde a sua origem à atualidade (Mozzicafreddo *et.al*, 1988, 1989, Veiga e Veiga, 2005, Francisco, 2007, Almeida, 2011, 2013, 2015, Sousa e Maia, 2017). Mozzicafreddo e outros (1988) referem que a descentralização de novas competências, num crónico contexto de situação financeira mais ou menos precária das autarquias, é bem ou mal acolhida em função da capacidade de resposta às necessidades das populações.

Maria Pires de Almeida alega que as reconfigurações institucionais a este nível permitiram uma mais estreita aproximação entre eleitos e eleitores e uma maior transparência e prestação de

contas. A partir de 2001, por exemplo, altera-se o contexto da participação e competição político-partidária, com a possibilidade de “Grupos de Cidadãos Eleitores” concorrerem a eleições, apesar de sempre ter existido esta possibilidade para as assembleias de freguesia. Contudo, não deixa de realçar que o trajeto dos representantes a nível local - nas suas ambições, contradições e ligações partidárias – está associado a dinâmicas que se estendem e se confundem com o surgimento das candidaturas independentes (Almeida, 2011, 2013). Neste sentido, observa as ambições carreiristas no seio político-partidário, os casos de compadrio, corrupção e promiscuidades entre os vários patamares do poder público, mas também a nível do setor privado (Almeida, 2015). Veiga e Veiga acrescentam a este rol de desafios, outros episódios como a “manipulação eleitoralista das despesas municipais” (2005).

Sobre as candidaturas independentes, Sousa e Maia (2017) apontam à ascendência relativa da lógica apartidária ao desgaste dos partidos políticos. O fenómeno das listas de independentes e principalmente o que as motiva, parece ter alguma consistência no tempo, já que Luís Sá e outros referem que as candidaturas de grupos de cidadãos às freguesias, na maior parte dos casos onde surgem, tratam-se de candidaturas que por detrás têm “acordos interpartidários, pelo que acabam por ser candidaturas de coligações informais de partidos, isto é, não assumidas como tal juridicamente” (1998: 137). Passados quase duas décadas, assiste-se à mesma constatação por outros autores (Sousa e Maia, 2017: 19).

Na realidade do poder local, também se registam outros aspetos negativos, tais como a “pessoalização ideológica de posições partidárias” ou a prática recorrente do “clientelismo”, ao qual não será alheio o “fechamento do grupo partidário que domina a política municipal” com “tendência para a distanciação face à sociedade local” (Mozzicafreddo *et.al*, 1989). Sintoma igualmente constatado por Daniel Francisco (2007) quando afirma o distanciamento das elites autárquicas relativamente à estrutura social e aos parceiros sociais.

É importante concluir esta secção com referência à apreciável investigação de Maria Mendes (1993), envolvendo a realização de entrevistas a presidentes de junta de um concelho do norte do país. Neste trabalho reconhecem-se as ‘forças locais’, de âmbito associativo no plano cultural, desportivo e recreativo, como campo de recrutamento pelos partidos políticos, com o conseqüente acesso ao poder autárquico. A investigadora define este campo como “fonte geradora de fidelidades e de redes clientelistas”. Enfatiza a importância da “relação entre os diferentes grupos sociais e socioprofissionais e a sua representação política”, enquanto caminho que avalia “a correspondência entre os eleitos e a estrutura social local (eleitores)”. Concluiu que os representantes eleitos têm uma forte correspondência com a comunidade política e, naturalmente, com os representados. (Mendes, 1993: 180-183).

Distingue ainda dois tipos de motivação dos candidatos aos cargos de presidente, concretamente a que se prende com as determinações político-partidárias e as que revelam uma marca

mais pessoal, a que denominou de “espírito de missão em prol da comunidade”. Aponta, no primeiro caso, a influência da secção local do partido que “desempenha um papel-chave na emergência e formação dos líderes políticos locais”, funcionando em alguns casos “como um ‘trampolim’ de acesso a lugares de poder da autarquia”. Na ótica dos interesses partidários, será essencial encontrar e apresentar um candidato com “prestígio e com boa inserção social, dado que em princípio a Junta de Freguesia será o órgão local dotado de maior visibilidade social e de penetração junto das populações locais”, sobrelevando a estratégia que expõe os convites a cidadãos independentes, fenómeno com maior expressão nos presidentes de junta quando comparados com outros órgãos autárquicos (câmara e assembleia municipal). Existem referências à “ligação ao tecido empresarial” numa perspetiva que poderá justificar uma “relação instrumental de dois sentidos”, ou ainda a casos de “dirigentes associativos”, tudo, em síntese, parte de uma elite local que raramente ascende a “posições de carácter supralocal” (Mendes, 1993: 188-196).

1.6 – O Caso Concreto da Cidade de Lisboa

A cidade de Lisboa, integrada na dinâmica tipificada por alterações institucionais que têm marcado o país, foi alvo de uma reforma administrativa própria (Lei nº56/2012). Foram extintas, redefinidas e reduzidas o número de freguesias de cinquenta e três para vinte e quatro juntas, às quais foram atribuídas novas competências, descentralizadas da câmara municipal. As juntas passaram a ter um conjunto de responsabilidades em inúmeras áreas de intervenção pública, como na educação, desporto, cultura, higiene urbana e espaço público, entre outras. Um novo processo de transferência de competências está previsto para um futuro próximo, relacionado com a Lei-quadro aprovada e publicada em agosto último, agora para todo o país (Lei nº50/2018).

Segundo Joana Leirinha, a reorganização administrativa de Lisboa passou pela atribuição específica de “competências próprias dos respetivos órgãos executivos, tal como os critérios da repartição de recursos entre os municípios e as freguesias do concelho”, acrescentando nesta lógica a necessidade de obedecer “a uma estratégia de modernização e de adaptação do modelo de governo da cidade”, representando a “concretização do princípio da descentralização administrativa” e intencionando respeitar “os princípios da universidade e da equidade no quadro do relacionamento entre o município e as freguesias do concelho” (2015: 33).

As vinte e quatro freguesias que atualmente compõem o concelho de Lisboa, apresentam, em termos demográficos e geográficos, uma grande heterogeneidade. A título de exemplo, a maior freguesia comporta cerca de 51.036 habitantes para uma área de 10,66 km² (Olivais), enquanto a menor tem perto de 11.836 habitantes para uma área de 1,49 km² (Santo António) (Anexo A-Quadro 1).

Desde o processo de reforma administrativa da cidade de Lisboa, houve lugar a dois atos eleitorais no plano local do país, em 2013 e 2017. A abstenção nas eleições autárquicas de 2013 foi de

47,4%, valor máximo desde 1979 (Sousa e Maia, 2017: 10) e, nas eleições autárquicas de 2017, de 45,3%, invertendo a tendência, timidamente é certo, das últimas décadas. Na cidade de Lisboa em particular, os números da abstenção a nível da votação para as assembleias de freguesia, apresentam para o ano de 2013 um valor de 54,9% e nas eleições de 2017, de 48,8% (Anexo A-Quadro 1).

O contexto da comunidade local, e das freguesias em particular, entendido como um campo de tensão de natureza democrático, porventura mais evidente pela proximidade e conhecimento mútuo dos intervenientes em causa, pode revelar por esses motivos, maiores potencialidades no campo da sensibilidade e resposta dos eleitos às expectativas e vontades dos eleitores. Em síntese, adota-se a representação política substantiva que permita, conseqüentemente, índices mais elevados de participação política dos cidadãos, neste caso dos ‘fregueses’. É neste sentido que António Fernandes reflete sobre a realidade local ao referir “que o poder pode ser aí constituído diretamente”, aludindo às diferenciações que devem estar presentes face ao contexto nacional no campo da democracia representativa e a democracia direta, propondo uma forma de governo no plano local que se situe num estágio intermédio, nomeadamente a democracia participativa (1992: 32).

Será, portanto, na perceção dos atuais presidentes de junta de freguesia que procuramos respostas sobre a relação com os seus eleitores e com o seu partido, sem descurar o contexto de maior complexidade e exigência face aos paulatinos processos de descentralização.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

2.1 – O Modelo de Análise

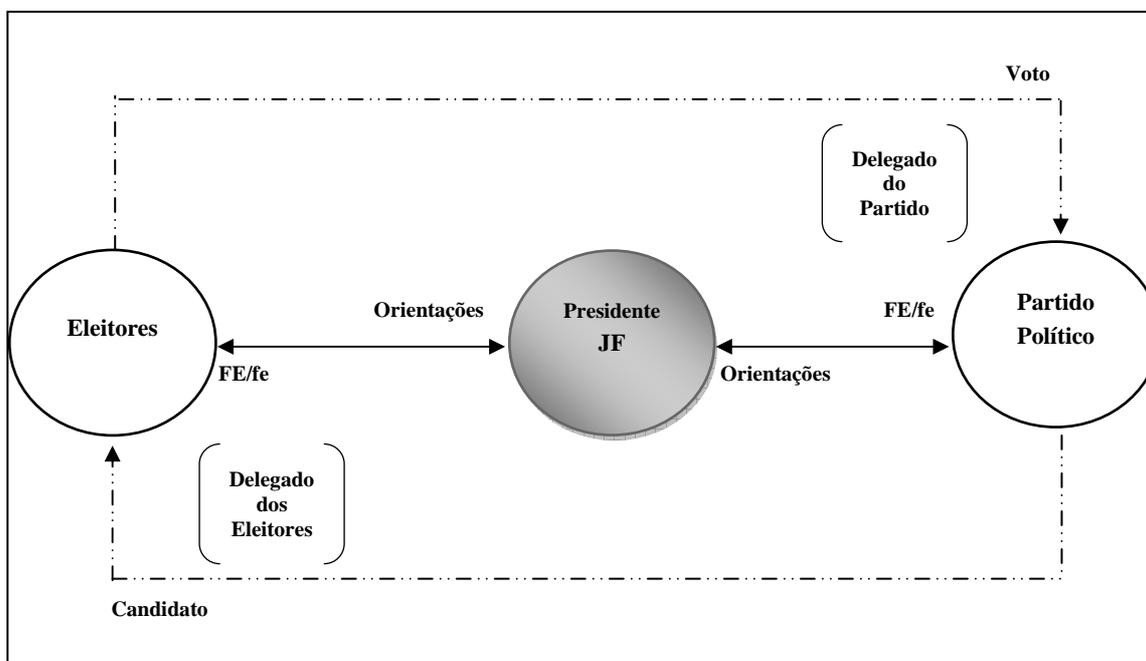
No campo multifacetado da representação política substantiva, tendo como referência o modelo de delegação, arquitetou-se um esquema de análise que perfila, por um lado, o conceito de delegado dos eleitores, “mais recetivo e atento às opiniões e aos interesses dos seus eleitores” e, por outro, o de delegado do partido (Teixeira, 2009: 90-91), enquanto potenciais e distintas formas de assumir o mandato representativo pelos eleitos no plano do governo local, comumente tipificado pela proximidade entre representantes e representados.

Deste modo, em termos teóricos, o presidente de junta enquanto delegado dos eleitores, estará sujeito às expectativas e orientações dos ‘fregueses’ da sua área geográfica. Enquanto na perspetiva de delegado do partido, estará condicionado pelas orientações e interesses do partido ao qual está associado, pelo menos eleitoralmente. Em termos das suas dimensões mensuráveis, conjugou-se dois conceitos, concretamente o foco e o estilo da representação, isto é, quem e como representam no exercício do seu mandato.

Como é possível perceber pela visualização da **Figura 1**, a sigla ‘FE’ corresponde a uma narrativa que aponta um **foco e um estilo de representação ‘acentuado’** do presidente de junta em função dos eleitores, isto é, o presidente de junta assume uma representação política mais substantiva, decide em coerência e atua conseqüentemente face às orientações, interesses e expectativas dos

eleitores (mais delegado dos eleitores). Por outro lado, a sigla ‘fe’ corresponde uma narrativa que expressa um **foco e um estilo de representação ‘diminuído’** do presidente de junta em função dos eleitores, ou seja, o presidente de junta adota uma representação política menos substantiva, já que atua e decide motivado por outras orientações em detrimento dos eleitores (menos delegado dos eleitores).

Figura I – Modelo de Análise



Fonte: Esquema do autor

2.2 – O Método

Alicerçado o quadro teórico que procurou ser o “papel de comando do conjunto de trabalho científico” e definido o objeto de análise que conferiu à “investigação, por referência a esse objeto, orientação e significado”, associando “potencialidades explicativas”, mas também os seus limites (Almeida e Pinto, 1986: 62), foi possível determinar os principais conceitos, as suas dimensões e os indicadores que permitiram a sua mensurabilidade.

No desejo de alcançar profundidade, flexibilidade e validade da investigação, optou-se pela abordagem qualitativa valorizando o processo de comunicação e interação humana, através da produção de entrevistas semi-diretivas, residindo na sua lógica prescritiva o que Bernard Lahire (2001: 101) denominou de “entrevista sociológica”. Objetivou-se, coerentemente, reunir informações e elementos de reflexão, através das percepções, interpretações e experiências dos nossos interlocutores, que permitisse estudar as atitudes e comportamentos políticos-sociais no contexto natural onde se produzem e se desenvolvem (Babbie, 2010: 297, Guerra, 2006).

Foi possível deste modo alicerçar as questões que deram orientação e substância ao guião de entrevista (Anexo B), optando-se maioritariamente por perguntas abertas, acrescentando em alguns

casos sub-questões, no propósito em alargar o campo de recolha dos elementos qualitativos desejados. O guião foi construído inicialmente para uma entrevista com duração aproximada de uma hora e as perguntas foram construídas tendo como referência dois conceitos principais – delegados dos eleitores e delegados do partido –, explorados nas dimensões do foco e estilo de representação e mensuráveis através de um conjunto de indicadores (**Quadro I**). A cada dimensão correspondeu dois indicadores que a seguir se fundamentam nos seus objetivos.

Quadro I – Conceitos/Dimensões/Indicadores

Conceitos	Dimensão	Indicadores	Questões
Delegado dos Eleitores	Foco da Representação	interação e proximidade	como descreve a relação com os eleitores
			participa nos eventos da freguesia
			foram criados novos instrumentos para comunicar com os eleitores
		conhecimento e sensibilidade	espaços de debate sobre os problemas da freguesia
	costumam reconhecê-la na rua		
	Estilo de Representação	decisão e coerência política	como encara as opiniões dos eleitores nos processos de decisão
			qual a avaliação entre o que os eleitores desejam e o que é exequível
		obstáculos e potencialidades	o reforço de competências aproximou ou afastou a Junta dos seus eleitores
Delegado do Partido	Foco da Representação	relação com o partido	como foi decidida e construída a sua candidatura
		influência e orientação	como foi elaborado o programa político
			quem determina a condução da política
	Estilo de Representação	decisão e responsabilidade	existem situações conflituantes
			acumula outras responsabilidades atribuídas pelo partido
		potencialidades e obstáculos	qual o papel do seu partido nos vários atos eleitorais
	os eleitores votam em si ou no partido pelo qual concorre		

Sobre a **‘interação e proximidade’**, procurou-se conjugar os contactos e abordagens regulares em múltiplas vertentes, nomeadamente em termos físicos (na rua, no café, em eventos, na sede da junta) e virtuais (recorrendo às novas tecnologias de informação e comunicação), formais (atendimentos pré-estabelecidos) e informais (contactos espontâneos). Por outro lado, em torno do **‘conhecimento e sensibilidade’**, foi objetivo medir o grau de conhecimento e sensibilidade admitido pelos presidentes de junta face aos problemas e expectativas dos seus respetivos eleitores.

Sobre a **‘decisão e coerência política’**, foi propósito descortinar qual a importância que o presidente de junta concede ao envolvimento dos eleitores nos processos de decisão política, para tal importando as suas opiniões de forma coerente e consequente, traduzidos, portanto em atos políticos concretos. Decidiu-se associar duas realidades face à dicotomia do dizer-fazer, nomeadamente na valoração das ações políticas próprias dos eleitores, com as decisões políticas efetivas que daí resultaram, conjugando ainda a avaliação entre o que os cidadãos desejam e o que de facto é possível realizar pelo eleito local. Sobre os **‘obstáculos e potencialidades’**, tentou-se identificar o que poderia

dificultar ou facilitar o julgamento e ação dos presidentes de junta de freguesia. Enquadrado pelo processo de reforma administrativa, pretendeu-se assimilar, primeiro, as consequências desse processo na ligação da junta aos eleitores, confrontando depois com os principais desafios apontados pelos entrevistados ao governo da freguesia. Neste encadeamento, conectou-se a valoração pelos presidentes das novas tecnologias de informação e comunicação na perspetiva relacional e percecionada com os representados.

No indicador **‘relação com o partido’**, pretendeu-se identificar e perceber qual a importância que o partido tem na vida política do presidente de junta de freguesia. Neste sentido, fez-se a combinação da variável sobre a filiação partidária (tempo de partido), com a arquitetura e formalização da candidatura que antecedeu a respetiva eleição. Sobre a **‘influência e orientação’**, tentou-se aferir o nível de intervenção do partido na construção do programa eleitoral, ao qual se vinculou a temática sobre a condução da política assumida na freguesia pelo presidente de junta.

Em redor da **‘decisão e responsabilidade’**, foi propósito averiguar como decide politicamente o presidente de junta num cenário de conflito, real ou percecionado, com o seu partido. Uma vertente à qual se adicionou no quadro das responsabilidades político-partidárias assumidas, as formas de conciliação e priorização face à particular responsabilidade de eleito em cargo público, sobretudo como presidente de junta de freguesia. Sobre as **‘potencialidades e obstáculos’**, definiu-se como meta refletir sobre os fatores que podem facilitar e/ou dificultar a assunção e a decisão política do presidente de junta. Procurou-se logicamente examinar qual a importância e o papel do partido no momento de campanha para as eleições autárquicas, aferindo-se posteriormente pela perceção dos presidentes de junta se o voto obtido foi motivado pela sua pessoa ou pelo partido no qual concorreu. Em paralelo, contextualizou-se a apreciação dos entrevistados sobre as autárquicas em relação a outros momentos eleitorais.

O pedido de entrevista foi efetuado em fins do mês de abril (via ISCTE/CTT), junto dos vinte e quatro presidentes de junta de freguesia da cidade de Lisboa, ao qual se associa, a 17 de maio, um segundo contacto (via correio eletrónico) junto de catorze presidentes de junta. Entre os dois momentos, houve um total de dezasseis respostas, tendo onze aceite efetivamente o desafio, surgindo mais um caso que, justificado por motivo de agenda, apenas se disponibilizou a responder via correio eletrónico (Anexo A-Quadro 2). Como seria expectável, foi uma opção que neste caso em particular contribuiu para a **‘diminuição do detalhe e profundidade das respostas’** (Harvey, 2011: 435).

Entre 11 de Maio e 10 de julho de 2018, realizaram-se onze entrevistas, sempre nas instalações da respetiva junta de freguesia (sede). As entrevistas foram gravadas digitalmente, realizando-se posteriormente a sua transcrição na íntegra que, por dimensão excessiva, não se anexa à presente dissertação. Em termos globais, a duração média das entrevistas realizadas foi de uma hora e cinco minutos, estando o mínimo situado em pouco mais de meia hora (31m47s) e o máximo em quase

duas horas (1h51m25s) (Anexo A-Quadro 3). Apesar da disparidade patenteada por estes dois extremos procurou-se sempre obter a “unidade de contexto o mais alargado possível”, permitindo por esta via auferir com maior preponderância as atitudes e valores mais visíveis dos entrevistados (Bardin, 1995: 108).

Num momento posterior, optou-se pela análise de conteúdo face à informação recolhida, cujo objetivo esteve centrado na produção de “inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 1986: 104). Para um controlo mais apertado do nosso trabalho de investigação, sustentado numa construção metódica e sistemática, foi utilizada uma grelha de análise⁵ (Anexo C), no propósito de sintetizar e reduzir a quantidade de informação disponível, para chegar a uma interpretação das principais tendências e padrões presentes nos dados recolhidos, selecionando a unidade de registo, integrado no sistema de dimensões e indicadores pré-definidos (Bardin, 1995, Bell, 1997).

2.3 – Descrição da Amostra

A amostra estudada corresponde a 50% da população considerada, constituída pela totalidade dos presidentes de Junta de Freguesia de Lisboa. Atualmente a cidade de Lisboa é composta por vinte e quatro freguesias, tendo sido possível auscultar e considerar as respostas de doze dos atuais presidentes de junta.

Quadro II – Representatividade da amostra

variável	amostra	POPULAÇÃO	% amostra na POP.
un	12	24	50
sexo (m/f)	10 masc	16 masc	62,5
	2 fem	8 fem	25
partido político do presidente de junta	9-PS	18-PS	50
	1-PSD	4-PSD	25
	1-PCP	1-PCP	100
	1-Ind.	1-Ind.	100
mandato (R=repetem; E=estreia)	9R	19R	47,3
	3E	5E	60
habilitações (ES=ensino superior; Es=ensino secundário)	10ES	18ES	-
	2Es.	2Es	-
	-	4-s/info.	-
média etária	45,9	49,6	-

Fonte: Adpatado a partir das páginas oficiais da internet das juntas de freguesia (ver Anexo A-Quadro 4).

Sobre a representatividade da amostra, pode-se avaliar pelo **Quadro II** a aproximação significativa ao universo que motiva o presente estudo, tendo como referência variáveis como o sexo, idade, habilitações, número de mandatos e partidos representados. Praticamente todas as variáveis de

⁵ Considerando a dimensão em números de páginas da grelha de análise inicial, anexa-se à presente dissertação uma versão reduzida da mesma (Anexo C).

maior relevo, apresentam índices de representatividade elevados. As exceções são a fraca representatividade das mulheres, apenas 25% da população considerada, sinónimo de duas entrevistas em oito possíveis, e a representatividade do segundo partido em termos de presidências de junta de freguesia em Lisboa (PSD), obtendo-se apenas uma entrevista em quatro possíveis, correspondendo também a 25% da população-alvo. Ainda em termos político-partidários, auscultaram-se 50% dos eleitos membros do partido com maior número de presidências de junta em Lisboa (PS), alcançando-se os 100% em relação aos restantes partidos ou movimentos (CDU/PCP e Movimento dos Cidadãos por Lisboa). No historial sobre o número de mandatos, foi possível atingir uma representatividade na ordem dos 47,3%, correspondendo a entrevistados que, por mais do que uma vez, assumiram a responsabilidade de presidente de junta, percentagem que aumenta para os 60% para os que se estrearam nesta responsabilidade em resultado das eleições de 1 de outubro de 2017.

2.4 – O Dilema da Objetividade

É importante mencionar que o autor deste trabalho não é ‘estranho’ ao campo em que a pesquisa foi desenvolvida, pelo contrário, é também ele participante (enquanto representante sindical nas autarquias de Lisboa e deputado substituto de um grupo político na assembleia municipal). Esta é uma questão que foi inevitavelmente considerada no processo de planificação e elaboração da pesquisa. Até que ponto a proximidade com o objeto de estudo pode interferir e condicionar a observação e os resultados da investigação, quando se sabe que constitui uma preocupação metodológica nas ciências sociais, o distanciamento entre observador e observado, bem como a ideia da observação como uma prática não interferente com a realidade observada.

A afirmação das ‘ciências sociais’ passou precisamente por aproximar o estudo dos fenómenos sociais aos fenómenos naturais, e pela premissa de que a ‘objetividade’ passa pelo distanciamento entre o observador e objeto. No entanto, ao longo dos anos e da história das ciências sociais, o pressuposto positivista tem sido questionado, e mesmo, por alguns autores, refutado (Cabral, 1983, Campos, 2008). Destaca-se deste questionamento: a consciência de que o processo de pesquisa é ele próprio um processo social (Costa, 1986), o reconhecimento de que os processos de observação não só são condicionados, como interferem com a realidade observada, o questionamento da noção do que é “ser estranho” ou “distante” e o lugar da distância como garante das condições de objetividade no processo de pesquisa. Em suma, este não é um trabalho sobre uma experiência pessoal ou autobiográfica, embora quem o realiza participe e seja ator nessa realidade.

Nesse sentido, constituiu uma preocupação nas metodologias usadas e nos processos de observação, análise e escrita que a proximidade não constituísse um obstáculo ao rigor da observação produzida, em coerência com a importância do investigador estar “consciente dos riscos que corre e da forma pela qual eles provavelmente surgirão”, considerando logicamente que o cientista “tem interesses investidos no conhecimento que produz, nos modelos e teorias que constrói”, devendo estar

acompanhado, porém, de uma atenção e autocrítica permanente, evitando assim que “o conhecimento que produz seja o menos ideológico possível” (Cabral, 1983: 336-338).

Como afirmou o antropólogo Gilberto Velho,

Este movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros (1981: 129).

CAPÍTULO III – RESULTADOS: CONFLUÊNCIAS E DESVIOS

3.1 – Análise Descritiva dos Resultados

Nesta secção faz-se a análise das entrevistas realizadas, expondo em termos descritivos o considerado relevante, face ao objetivo em perceber para quem e como representam os presidentes de junta de freguesia. Como ponto de ancoragem, os conceitos de delegado dos eleitores e delegado do partido nas respetivas dimensões do foco e estilo de representação. Descreve-se a seguir as principais inferências face aos indicadores estabelecidos.

3.1.1 – Delegado dos Eleitores

3.1.1.1 – Foco de representação

Na alusão ao primeiro indicador desta dimensão, é atribuída por todos os entrevistados uma grande importância em termos abstratos à interação e proximidade com os seus eleitores. De forma mais evidente, a maioria valoriza a proximidade com os eleitores independentemente do tipo de interação (Ent.1, 2, 3, 4, 5, 7 e 9). Uma vontade resumida nas seguintes afirmações,

“ajudar naquilo que é necessário, para estar próximo” (Ent.2), ou *“converso com as pessoas, oiço-as, vejo aquilo que precisam e que não precisam, confraternizamos”* (Ent.3).

À margem da maior formalidade ou informalidade, pode-se, contudo, proceder a uma subdivisão dos entrevistados por grupos que priorizam ou secundarizam as interações físicas e/ou virtuais. Neste sentido, os contactos físicos são preferidos por metade dos entrevistados (Ent.1, 2, 3, 5, 9 e 11), consubstanciando uma lógica de proximidade fundamentada e sintetizada nas seguintes declarações:

“faço o atendimento semanal à população e depois é aquele contacto diário, contacto de nos encontrarmos na rua, de nos encontrarmos no café, de poderem bater à porta de casa” (Ent.8) e, *“temos que percorrer a pé as ruas, porque só com o contacto diário (...) é que nós entendemos o que as pessoas verdadeiramente querem”* (Ent.9).

Prioritariamente, a interação virtual agrada a um grupo minoritário de presidentes de junta (Ent.4, 6, 10 e 12), destacando-se o caso onde esta realidade é bem mais evidente com a seguinte afirmação:

“eu quero que as pessoas contactem, eu não quero dificultar-lhes o, criámos uma miríade de soluções, as pessoas habituaram-se a dialogar connosco através de variadíssimas plataformas” (Ent.12).

Outros há, que admitem menos consideração à interação física (Ent.4, 6, 7, 10 e 12), ou à interação virtual (Ent.5, 6, 7 e 9). Para ambos os casos, é patente nas seguintes verbalizações:

“Se as pessoas me reconhecerem e me abordarem, tenho muito gosto, mas fora isso não abordo ninguém” (Ent.4) ou *“sou fundamentalmente é um grande adepto da comunicação pessoal com a população, acho que esse é que o papel do presidente da junta de freguesia, não há boletim que resista a uma boa conversa e a um bom contacto com a população”* (Ent.9).

No plano dos contactos com os ‘fregueses’ em termos informais – na rua, no café, em eventos promovidos pela população -, alguns presidentes de junta expressaram dificuldades que os impedem de contactar os eleitores com a regularidade desejada (Ent.2, 6, 7, 8 e 10). Referem assim que,

“uma parte da vida é feita naturalmente por aqui, mas o sair para a rua, com esse intuito de estar disponível para ouvir, para resolver, para estar próximo, para perceber necessidades, é muito menor” (Ent.2), ou *“temos uma população muito grande e muito heterogénea, e muito geograficamente dispersa, e por isso temos que ter também um número de mecanismos de comunicação tão diversificados quanto isto”* (Ent.10).

Existem também presidentes de junta menos disponíveis para participar e interagir em eventos promovidos pelos habitantes da freguesia sem um convite formal (Ent.4 e 12). Assim,

“eu também tenho dificuldade em aparecer em eventos para os quais oficialmente não estou convidado” (Ent.4), ou *“considero importante quando as pessoas consideram importante, se não, não faço questão”* (Ent.12).

Tendo como referência o segundo indicador, evidencia-se serem todos os presidentes de junta conhecedores e recetivos dos e aos problemas dos moradores, incorporando responsabilmente as suas opiniões, críticas e sugestões. Contudo, é possível verificar diferentes gradações no discurso face às respostas concedidas considerando, em especial e por um lado, o conhecimento e valorização face às iniciativas organizadas pelos cidadãos e, por outro, na reação às observações dos moradores quando confrontados na rua. Assim, abraçando uma lógica de conhecimento relativo e sensibilidade elevada, apresentam-se quase metade dos presidentes de junta (Ent.1, 2, 7, 9 e 12). Evidente pelas palavras:

“Aqui há um sentimento muito mais de comunidade, quase de aldeia, em que as pessoas também sentem que se não identificarem os problemas, se não lutarem pela resolução, nunca nada vai mudar e nunca nada vai acontecer, e, portanto, é isso que eu sinto, que as pessoas alertam, avisam, perguntam no que é que podem ajudar” (Ent.2), ou “tenho sempre dificuldades em estar exatamente às nove na junta, porque no percurso há sempre conversas, há sempre questões, há sempre críticas, há sempre coisas, e nós temos que estar disponíveis para isso” (Ent.12).

Num contexto mais moderado, isto é, de conhecimento e sensibilidade relativa, surge um outro grupo de entrevistados (Ent.3, 6, 10 e 11). Afirma-se que:

“todas as visões do território são boas, ou seja, aprendemos sempre qualquer coisa com essas intervenções, podemos discordar mais ou concordar mais, mas é sempre positivo ter uma análise de fora sobre o território” (Ent.6).

Num último patamar, encontra-se uma minoria que evidencia um conhecimento moderado e uma sensibilidade reduzida (Ent.4, 5 e 8), entendido pelas seguintes afirmações:

“sempre com respeito pelo cidadão, mesmo quando há divergências sobre as posições das pessoas (...) não posso dissociar-me desse programa eleitoral” (Ent.4), ou “continua a haver alguma dificuldade em que as pessoas se dirijam à junta de freguesia para falarem das mais variadas situações (...) é mais fácil as pessoas reunirem-se por exemplo em torno de uma rede social, a falarem de inúmeras situações que não são resolvidas na rede social” (Ent.8).

3.1.1.2 – Estilo de representação

Sustentado no primeiro indicador desta dimensão, foi possível perceber que alguns presidentes de junta, afirmam ser importantes as opiniões dos representados nos processos de decisão e procuram agir de acordo com essa asserção (Ent.1, 2, 6 e 7). Expressa-se que,

“a partir do momento em que a comunidade se organiza, a junta tem que lá estar e tem de apoiar” (Ent.2) ou, que “é sempre importante ouvir e não estarmos cegos com uma visão que provavelmente poderá não ser a melhor, portanto, temos que fazer sempre uma análise crítica áquilo que nos dizem e depois tomar uma decisão” (Ent.6).

Apesar de também concordarem com o envolvimento dos cidadãos nos processos de decisão política, metade dos entrevistados apresentam reservas quanto à materialização visível desse input (Ent.3, 4, 5, 7, 9 e 12). Afirma-se que,

“houve uma aceitação de algumas críticas e sugestões dos moradores, fizeram outras sugestões que nós não acomodamos” (Ent.4), ou que “há de facto aqui situações que, quando as pessoas veem à junta ou mandam por um email, a reclamar

uma determinada coisa, às vezes, também sou-lhe franco, também é preciso ter aqui algum cuidado em gerir isto” (Ent.5), ainda que “o desejável é que nós consigamos atingir a expectativa daquilo que o eleitor deseja, (...) qual é o nosso grande problema, é que os constrangimentos às vezes não dependem de nós” (Ent.9).

Por último, um grupo reduzido de presidentes de junta, consideram menos importantes as opiniões dos eleitores nos processos de decisão, valorizando acima de tudo a orientação pelo programa eleitoral sufragado em eleições (Ent.8, 10 e 11). Refere-se que,

“sublinhamos sempre a importância da discussão pública (...) não digo que seja contra a opinião das pessoas, mas há certas decisões que são tomadas com base naquilo que são os programas eleitorais” (Ent.10).

No campo das decisões concretas, dois entrevistados referem já ter decidido politicamente em função de iniciativas próprias levadas a cabo por eleitores (Ent.2 e 7). Afirma-se deste modo que,

“veio da população uma petição (...) que originou, naturalmente até pessoas que se juntavam numa atividade que é promovida por uma associação local, de caminhadas noturnas, e em que de facto as pessoas propuseram isto e nós fizemos” (Ent.2) ou “criaram-se três modelos e as pessoas puderam votar no modelo que acharam melhor e foi uma consulta popular que escolheu aquele modelo para aquele tecido específico” (Ent.7).

Os restantes entrevistados foram demasiados vagos na sua resposta, assumindo, em síntese, a importante influência das opiniões dos eleitores, mas sem referir como essas opiniões se consubstanciam em decisões políticas concretas, sintetizado, por exemplo, na seguinte afirmação:

“eu não vejo uma grande décalage e nunca me admiro por ideias que possam parecer até um bocadinho irrealis hoje, que eu tenho aqui os meios, explique-se sensatamente e sensivelmente que às vezes não tenho dinheiro para, mas que seria uma boa ideia e vamos ver” (Ent.1).

Com base no segundo indicador, podemos constatar que a imensa maioria dos entrevistados, consideram positivo o reforço de competências decorrente da reforma administrativa de Lisboa, ressaltando conseqüentemente uma maior proximidade entre a junta de freguesia e os eleitores. Apenas um retratou este processo como negativo (Ent.2), referindo que:

“não temos orçamentos para isso, não foi para isso que fomos eleitos, para ser vereadores, fomos eleitos para ser presidentes de junta (...). O sistema está completamente pervertido. Nós, para além de andarmos de iniciativa em iniciativa, andamos de fogo em fogo, aqui a tentar dar respostas às pessoas, rapidamente” (Ent.2).

Porém, mais de metade dos presidentes de junta consideraram importante repensar este projeto (Ent.1, 3, 5, 8, 9, 11 e 12), vontade expressa e resumida nas seguintes palavras:

“perceber quais é que são as linhas fronteiriças entre as nossas competências, as competências da administração central, as competências do município, para que depois não andemos aqui todos a pisar o terreno uns dos outros” (Ent.8).

No plano dos desafios ao governo da freguesia, alguns entrevistados expõem matérias não diretamente relacionadas com a reforma administrativa aprovada em 2012 (Ent.4, 6, 7 e 11). Observam que,

“há um défice de participação na vida pública e, portanto, mesmo sem saber como estamos todos comprometidos com a ideia de minorizar esse défice de participação, pronto, há um problema de mobilização do tecido social, das pessoas nas tomadas de decisão” (Ent.4), ou que *“hoje em dia, com a constituição da freguesia (...), deparamo-nos com uma situação de falta de equipamentos públicos”* (Ent.6) e que *“um dos maiores desafios era tornar esta freguesia muito mais inclusiva, muito mais próxima dessas pessoas que estão a ter dificuldades”* (Ent.8).

Já encadeado com o novo modelo institucional das freguesias de Lisboa, surgem os desafios e os problemas de ordem orçamental/financeiro como principal apanágio para a maioria dos entrevistados (Ent.1, 3, 5, 9, 10, 11 e 12), acrescentando motivos imbricados na dimensão demográfica e geográfica elevada (Ent.5, 8, 10), na excessiva burocracia (Ent.8 e 12) ou na necessidade de reforçar o número de eleitos a tempo inteiro (Ent.8). Ideias sintetizadas por algumas declarações como,

“nós estamos empoderados e cientes que precisamos mais delegação de competências (...) com a correspondente verba, e precisamos sobretudo que os autarcas sejam revalorizados em termos monetários e não só” (Ent.1), ou que *“é uma junta que tem trinta e cinco mil habitantes ou quase, é factual, mas também onde estão as receitas próprias da junta (...), não temos uma fonte de receita própria”* (Ent.5). Também que é *“um mundo que nunca mais acaba, e toda a carga administrativa e técnica que essas competências nos trouxeram, leva a que o órgão executivo esteja também muito absorvido por uma série de questões”* (Ent.8) ou que, *“pouco mais de dez mil pessoas vivem em (...) e é com base nesse número que o nosso orçamento é atribuído, mas temos uma média de duzentas mil pessoas a passar na freguesia diariamente”* (Ent.11).

Neste cenário, a maioria dos presidentes de junta valoriza substancialmente as novas tecnologias de informação e comunicação na interação com os eleitores (Ent.1, 2, 3, 4, 7, 9, 10, 11 e 12), apresentando-se um entrevistado com uma visão menos favorável (Ent.8), e outros que não expressaram uma opinião clara sobre o assunto (Ent.5 e 6). Em síntese, afirma-se que,

“reconheço obviamente aos meios de comunicação, bem usados, uma enorme capacidade, e uma fácil capacidade difusora” (Ent.1) ou, *“alimentamos bastante aquilo que são as redes sociais, tentamos dar resposta às pessoas também do ponto de vista...o email, nós sentimos que as pessoas são mesmo muito participativas também porque as pessoas têm...sentem que de facto têm a resposta e, portanto, isso potencia a sua participação”* (Ent.2) e *“são de grande utilidade do ponto de vista da proximidade que cria entre o eleitor e a instituição junta de freguesia, sobretudo as redes sociais”* (Ent.4). Num plano menos favorável, que a *“informação importante em todos os nossos meios de comunicação e as pessoas pura e simplesmente não a retêm”* (Ent.8).

3.1.2 – Delegado do Partido

3.1.2.1 – Foco de representação

Como nota contextual à leitura do primeiro indicador, observa-se que praticamente todos os entrevistados são filiados num partido político. A média temporal de filiação é de 17,8 anos, situando-se o mínimo nos três anos (Ent.6), e o máximo em mais de quarenta anos (Ent.11).

Na construção da candidatura, o partido revela-se fundamental para todos os presidentes de junta, todavia, com níveis distintos de envolvimento. À exceção do entrevistado não filiado partidariamente (Ent.1) - fez parte de um movimento independente de cidadãos cuja candidatura foi apoiada por um partido -, todos os restantes entrevistados referem da exclusiva responsabilidade do partido a fabricação do processo político-partidário, resumido em quatro fases, isto é, escolha-convite-impulso-decisão. A importância do partido no processo de seleção e formalização da candidatura revela, porém, níveis díspares dando azo a dois grupos de entrevistados. O primeiro grupo reúne os presidentes de junta que referem o partido como ator central em todo o processo (Ent.4, 8, 9, 10, 11 e 12). Pode-se ler que,

“as listas são sufragadas pelo partido, são votadas primeiro em secção, depois em concelhia e, portanto, o partido é absolutamente central” (Ent.4), ou a *“candidatura não é minha, a candidatura é, a candidatura do Partido”* (Ent.10).

O segundo grupo reúne os presidentes de junta que consideraram as interações do e com o partido mais ténues (Ent.2, 3, 5, 6, e 7). Regista-se a seguinte afirmação:

“entrei, comecei a ir às secções do partido, ouvir as palestras, a falar, candidatei-me e eu para ser presidente de junta passei por, acho que eles chamam umas primárias” (Ent.5).

Com base no segundo indicador, todos os entrevistados referem, em alguma medida, o envolvimento do partido na estruturação do programa eleitoral. O partido a nível local enquadra-se e percebe-se pelo maior ou menor envolvimento dos militantes nesse processo. Assim, no campo do

debate e construção da proposta de programa, a maioria dos entrevistados refere um envolvimento moderado dos militantes partidários (Ent.1, 6, 9, 10 e 11). Inferência exemplificada pelas seguintes afirmações:

“não foi debatido partidariamente, foi debatido com os fregueses, foi debatido com militantes do partido (...), com outros eventualmente, não perguntei a ninguém” (Ent.1) ou, *“construído por uma comissão de candidatura, com cinco ou seis pessoas, com eixos centrais”* (Ent.9).

Um grupo reduzido de presidentes de junta expressa e valoriza essa participação (Ent.2, 7 e 12), enquanto outros a secundarizam (Ent.4 e 8). Ideias perceptíveis nas seguintes asseverações:

“com as pessoas próximas de nós em termos ideológicos, portanto, com militantes, com simpatizantes” (Ent.7) ou que *“as secções do partido, que é quem faz a discussão local, tem vindo a perder capacidade (...) se calhar há dez anos atrás as secções tinham mais peso na discussão das políticas da junta de freguesia”* (Ent.8).

Num plano interrelacionado, mas distinto, para metade dos entrevistados o partido a nível superior (principalmente a nível concelhio) apresenta-se incontornável no papel de validação e aprovação definitiva do respetivo programa (Ent.2, 4, 5, 6, 8 e 11).

“o programa eleitoral foi desenvolvido por mim, por mim e pelas pessoas aqui que me rodeavam, perto de mim, sim, e depois, então, levei-o ao partido para dar o seu aval” (Ent.5) ou que *“o programa foi elaborado por toda a minha equipa (...). Depois ouve uma validação superior”* (Ent.6).

No campo da condução política da junta, a maioria dos presidentes de junta expressam serem principalmente os próprios a determinar o seu sentido (Ent.1, 3, 5, 6, 7, 8, 9), verbalizando alguns de sobremaneira esta idealização (Ent.3, 5 e 9).

“até hoje não senti de maneira nenhuma a interferência exterior da parte da organização partido” (Ent.7) e que *“a decisão final é minha, mas acho que todos influenciam a minha decisão final. É um bocado isto, agora o partido, definitivamente, não”* (Ent.9).

Um segundo conjunto de entrevistados afirma ser um caminho assumido em conjunto com o partido (Ent.2, 4, 10, 11 e 12), com maior ênfase nesta perceção por parte de um presidente de junta (Ent.4).

“há uma delegação do partido na condução dos trabalhos por parte do presidente e do executivo (...) quem define a condução de política é o executivo e o presidente da junta de freguesia” (Ent.12) e *“acho que quem as conduz é o executivo da junta. Depois, acho que o partido”* (Ent.4).

3.1.2.2 – Estilo de representação

Ancorado no primeiro indicador, apenas dois entrevistados afirmam ter vivenciado um episódio de conflito com o respetivo partido (Ent.2 e 3). Podemos perceber que,

“obviamente que há orientações que são para serem seguidas, ponto final. (...) é tentar encontrar aqui um equilíbrio entre aquilo que é uma orientação e aquilo que é a realidade concreta, o dia-a-dia das pessoas, o sentimento geral da população” (Ent.2).

Em situações de conflito idealizado, a maioria dos entrevistados afirma decidir em função dos interesses dos eleitores (Ent.4, 5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12). Constatação que se confirma pelas afirmações:

“tem que se dar prioridade ao órgão para o qual se está eleito, que o povo nos elegeu, e é por aí que nós temos que tomar as decisões” (Ent.7).

Uma tendência coerente com as responsabilidades priorizadas pelos presidentes de junta, quando assumem terem como ponto de ancoragem, no momento da decisão política, a salvaguarda dos interesses superiores dos eleitores (cidadãos-freguesia-comunidade-território) (Ent.3, 4, 7, 8, 9, 10, 11 e 12). Entendimento resumido nas seguintes verbalizações:

“o compromisso que eu assumi com os eleitores (...), tem um significado politico muito mais forte do que o compromisso que eu individualmente assumi com o meu partido” (Ent.4).

Na senda do segundo indicador, alguns dos presidentes de junta afirmam um envolvimento do partido positivo nas eleições locais (Ent.1, 3, 4 e 8). Um outro grupo de entrevistados afirma não haver matéria de registo sobre esta questão (Ent.2, 10, 11 e 12), enquanto outros apontam um comprometimento diminuído do partido neste particular eleitoral (Ent.5, 6, 7 e 9). Em suma, podemos ler que,

“houve aqui uma especial preocupação porque havia o lançamento de uma cara nova e havia um desafio, até um desafio interessante do Partido (...) de pôr caras mais...mais mulheres” (Ent.1). Por outro lado, *“tem que haver mudanças profundas no Partido (...) a nível do poder autárquico”* (Ent.5) ou *“o partido, sinceramente, se envolve mais nas legislativas”* (Ent.9).

Sobre a motivação que orienta o voto, metade dos presidentes de junta referem claramente que os eleitores votam na sua pessoa (Ent.1, 5, 7, 8, 11 e 12), como se pode depreender pelas palavras,

“por já ter tirado a prova dos nove, em termos de inquéritos e tudo o mais, as pessoas reconhecem mais a (...) do que o Partido (...) o fenómeno das freguesias, apesar de esta ser muito grande, eu sou uma presidente próxima e as pessoas conhecem-

me” (Ent.8), ou “*sinto que, da análise eleitoral, dos contactos que fui tendo, antes e depois, e ainda hoje na rua, aquilo que eu sinto é que há uma personalização cada vez maior do autarca de freguesia (...) permite uma facilidade, uma identificação e numa perspectiva de gestão da coisa pública e não da cena partidária*” (Ent.12).

Outros referem como primeira motivação o voto no partido (Ent.4, 6 e 9) ou uma motivação partilhada dos eleitores em torno do partido-candidato-coletivo-programa (Ent.2, 3 e 10). Diferenciações observáveis nos testemunhos:

“*diria que votaram no partido, porque eu acho que aqui em (...), nas freguesias grandes, a maior parte das pessoas não sabe quem é o presidente da junta*” (Ent.4), ou “*terá havido pessoas que votaram no partido e terá havido pessoas que votaram em mim, terá havido pessoas que votaram na equipa, terá havido pessoas que votaram no programa*” (Ent.10).

No contexto valorativo sobre as eleições autárquicas em relação aos restantes sufrágios que marcam a realidade política nacional, é maioritária a opinião que as considera como as mais importantes (Ent.1, 2, 3, 4, 6, 8, 9 e 11), secundarizando esta questão os restantes presidentes de junta, expressamente (Ent.10), ou implicitamente (Ent.5, 7 e 12). Ao longo das respostas sobre esta questão, foram importadas algumas particularidades que marcam, na opinião de alguns entrevistados, a realidade do poder local. Assim,

“*na pirâmide do poder, as autarquias são quem está mais próximo dos moradores*” (Ent.11) e que “*há uma relação de muito maior proximidade e também somos muito mais criticados, e elogiados, do que propriamente se fosse umas eleições legislativas*” (Ent.6). “*Eu acho que as pessoas quando votam no nível local, nomeadamente na questão do presidente de junta, as pessoas votam na pessoa*” (Ent.7), a “*personalização do voto*” (Ent.12). Que “*não é aqui que se ganha a vida, eu diria que se não fosse funcionário público, se calhar repensaria o estar aqui nesta atividade*” (Ent.9). Que “*nalguns casos, por serem eleições, as tais chamadas de segunda ordem (...) às vezes são utilizadas para o chamado ‘cartão amarelo’*” (Ent.10). Por último, “*há que pensar ou repensar seriamente nas novas competências nas juntas*” (Ent.5).

3.2 – Análise Crítica dos Resultados

Em termos conceituais, os presidentes de junta entrevistados apresentam-se como delegados dos eleitores no exercício do seu mandato representativo, tendo como foco e estilo de representação os eleitores da sua área geográfica e a salvaguarda dos seus interesses respetivamente. Uma realidade que sustenta o já observado por outros autores sobre a representação política ser mais de natureza mandatária no plano local (Belchior *et.al*, 2016).

Na narrativa construída percebe-se, pelo menos na sua aparência, uma presença e importância constante dos eleitores, algo que não se verifica em relação ao partido. Podemos entender pelas declarações de quase todos os presidentes de junta, o facto de a legitimação do seu mandato representativo residir principalmente nos eleitores e não no partido. Daí representarem os eleitores, sendo para eles, em suma, que decidem. Neste sentido, enquanto delegados dos eleitores, o foco e o estilo de representação dos eleitos locais, apresenta-se relativamente acentuado no conjunto desta amostra. Uma realidade sintetizada e inferida nas seguintes palavras:

“a minha primeira responsabilidade é para a comunidade que me elegeu. (...) em primeiro lugar estou disponível para elas, depois, a seguir, tenho um conjunto de responsabilidades políticas e político-partidárias, mas que caem perante esta” (Ent.12).

Como delegados do partido, os presidentes de junta têm uma visão aparentemente redutora da organização político-partidária, demonstrando uma limitada sensibilidade e uma fraca capacidade de resposta às orientações do partido durante o exercício do seu mandato.

É evidente disso mesmo, a compreensão temporalmente localizada do partido. Todos os entrevistados referem a presença e importância do partido na sua entrada para a vida política. Também expressivo a influência do partido na seleção dos candidatos e na construção das linhas programáticas que suportam a candidatura que não dispensa, antes obriga, a um processo de validação último pelos órgãos superiores do partido. Porém, a importância e a orientação do partido nas comissões dos presidentes de junta auscultados, de forma mais ou menos explícita, parece resumir-se a estes momentos, decisivos é certo, mas aquém do que seria desejável se entendermos plenamente o presidente de junta enquanto delegado do partido na sua função representativa, isto é, com o foco e o estilo de representação direcionado no e em função do partido. Uma realidade que converge perfeitamente na lógica que predomina sobre o sistema eleitoral português assente, especialmente, nos partidos políticos (Dalton, 2011).

O partido é assim mencionado, para todos os casos, como essencial ao recrutamento, seleção, validação e dinamização da campanha eleitoral, muito menos na eleição per si e no campo posterior da representação política, face à natureza do mandato que afirmam possuir e em relação ao qual exercem as suas funções. Uma ilação resultante de afirmações, tais como:

“a função principal enquanto presidente de junta de freguesia tem a ver com a gestão do território e dar resposta à população local, essa é que a prioridade, se outra coisa conflita com esta, naturalmente esta é que origina o mandato e esta é que origina o exercício de poderes públicos” (Ent.10), ou o *“Presidente de junta não foi uma responsabilidade atribuída pelo partido, foi pelas pessoas”* (Ent.3).

Se no período entre eleições, o partido não é em grande medida contabilizado nas preocupações e decisões políticas daí resultantes pelos presidentes da junta, não pode, todavia, ser

totalmente desvalorizado se se considerar a vontade de uma recandidatura e possível reeleição. Trata-se, mesmo assim, de uma inquietação relativa, já que mais de metade dos entrevistados assume em causa própria a pessoalização do voto por parte dos eleitores, fenómeno há muito conhecido a nível do poder local português (Mozzicafredo *et.al*, 1989), também identificado além-fronteiras (Bolgherini, 2007). Entendida deste modo a motivação na origem do voto dos eleitores, que ora se centra exclusivamente no principal candidato, ou no candidato em conjunto com o partido, trata-se de uma auto percepção que convive paradoxalmente com a crítica, mais ou menos evidente nas palavras da maioria dos presidentes entrevistados, ao envolvimento do partido nas eleições autárquicas, como se sabe, o momento-chave na sua eleição. Aparentes contradições perceptíveis nas afirmações:

“a personalização do voto, na autarquia local, freguesia (...). O meu partido leva a mãe de todas as tareias, e eu subo o meu resultado eleitoral” (Ent.12), mas *“tem que haver mudanças profundas no Partido (...) a nível do poder autárquico”* (Ent.5), e que *“o partido, sinceramente, se envolve mais nas legislativas”* (Ent.9).

Deste modo, a importância do partido parece estar mais direcionada para a sua capacidade, até agora não totalmente alcançada, em alavancar uma campanha eleitoral abrangente e eficaz. O ónus da eleição, como é perceptível, reside nas capacidades individuais do candidato e no reconhecimento granjeado junto dos eleitores, consubstanciando a ‘referida atração pela personalidade do candidato’ em detrimento do partido (Dalton, 2011: 82). Motivos e justificações que para os presidentes de junta, fundamentam, mesmo inconscientemente, um certo afastamento do partido durante o exercício do seu mandato. Afirma-se logicamente que, enquanto delegados do partido, o foco e o estilo de representação dos eleitos locais, apresenta-se relativamente diminuído no conjunto desta amostra.

Se no discurso de um número considerável de entrevistados é assumido serem delegados dos eleitores, não deixam de se registar, em simultâneo, diversos elementos que indicam alguma erosão no modelo de delegação.

A esmagadora maioria dos entrevistados avaliou de forma positiva a ‘reforma’ de 2012, afirmando, consensual e conseqüentemente, a maior proximidade institucional alcançada entre eleitores e a junta. Porém, referem também um conjunto de dificuldades, como o orçamento diminuto face às competências e responsabilidades públicas assumidas, num problema que parece ser crónico face ao mencionado há três décadas por outros autores (Mozzicafredo *et.al*, 1988). Apontam a excessiva dimensão geográfica, associando-se populações significativamente numerosas (de algumas freguesias), resumindo o dilema já conhecido e alertado por académicos além-fronteiras (Campbell e Coulson, 2006, Magnier, 2007). Relacionam, porque interdependente, o incremento da carga burocrática, que justifica inclusive, da parte de alguns presidentes de junta, a reivindicação de mais ‘tempos inteiros’ e melhores remunerações.

Mesmo apostando nas novas tecnologias de informação e comunicação que poderão, em alguma circunstância, diminuir o distanciamento – real ou percebido e recíproco entre eleitos e eleitores –, perante uma freguesia com fronteiras cada vez mais alargadas e com uma população cada vez mais inatingível pela sua dimensão, não será de estranhar que, nestes casos em particular, o foco da representação se vire mais para a ‘comunidade’, o ‘território’, ou os interesses organizados de entidades e grupos vários, com ênfase para o movimento associativo, em detrimento do eleitor propriamente dito. Parece assistir-se na cidade de Lisboa, ao desenvolvimento de um processo que aponta a relativa reformulação do papel de presidente de junta de freguesia.

A “circunscrição paroquial”, na definição geográfica de João Bilhim (2004), conceito alargado para além das questões territoriais e importado por dois presidentes de junta, em sentido positivo e ainda atual por um:

“o presidente de junta de freguesia tem que ser visto como um pároco de uma aldeia (...) como um sentimento de pertença à comunidade, proximidade e primeiro local onde as pessoas questionam as questões que têm junto da administração local” (Ent.9),

ou num sentido desadequado e, portanto, ultrapassado por outro,

“temos cerca de 53 mil eleitores, portanto, aquela lógica paroquiana que caracteriza a freguesia normalmente, dentro dos conceitos tradicionais, não se aplica muito aqui” (Ent.8),

parece aqui resumir o dilema paradoxal que atualmente marca o contexto da representação política substantiva a nível local. O discurso proferido por alguns entrevistados, mais se assemelha a construções escoradas em referências passadas (históricas e culturais), que pouco se relacionam com a realidade concreta que hoje tipifica o exercício representativo a nível do poder local, na cidade de Lisboa e em particular pela figura do presidente de junta de freguesia. Mutações que se verificam, não tanto no formato, ou seja, quem representam politicamente, mas talvez a nível do seu conteúdo, isto é, como representam politicamente.

Se por outro lado, associarmos o facto da maioria dos presidentes ter assumido um conhecimento precário face aos problemas dos eleitores, podemos deduzir perante este cenário, a previsibilidade de um grau de sensibilidade idêntico às expectativas de quem pouco se conhece, respondendo em coerência nesse sentido, isto é, de forma diminuta. É, em suma, o que se pode entender pelas palavras:

“provavelmente na altura não seria a melhor decisão, por aquela via ou por a outra via, portanto, tínhamos a nossa estratégia definida e considerámos que aquela era a estratégia a seguir” (Ent.8); ou *“tudo o que vem dos moradores deve ser ouvido e considerado. Depois a forma como se age é que pode mudar em conformidade com a*

pertinência do problema colocado” (Ent.11) e, ainda que *“lido com alguma dificuldade porque eu acho que às vezes há aqui uma dose de falta de gratidão das pessoas”* (Ent.5).

Deste modo, o presidente de junta delegado dos eleitores, é um fenómeno que aparenta, no cômputo dos casos estudados, uma reconfiguração na sua fórmula mais pura em termos teóricos, dando azo a um modelo de delegação mais relativizado e não tão presente como a maioria dos entrevistados afirma estar, contrariados na evidência das suas próprias palavras e ações. Em alguma medida, parece-se estar perante um “delegado moderno”, onde o presidente de junta está mais preocupado com os “grandes temas políticos e propõe soluções gerais, conforme a sua interpretação das preferências dos seus eleitores” (Teixeira, 2009: 91).

Poder-se-á afirmar que, no mínimo, o mandato imperativo associado ao modelo de delegação parece dar lugar, num crescente número de situações, ao mandato fiduciário (livre ou independente). No máximo, talvez mais realisticamente, poderá assistir-se à conjugação de características de um e outro modelo concetual, ou seja, do modelo delegado e do modelo fiduciário, principalmente no estilo de representação, ora decidindo os presidentes de junta de forma independente com base no seu próprio arbítrio e convicções, ora importando as orientações dos representados no momento da decisão política. Paradigmático, as seguintes afirmações:

“sentimos que às vezes há um desfasamento grande entre aquilo que é a realidade e aquilo que são as ambições das pessoas” (Ent.2), e que *“existe aqui uma grande, diria uma grande distância entre aquilo que é o sonho e aquilo que é a realidade”* (Ent.7), ou que *“a expectativa normalmente é as pessoas querem ter as coisas o melhor possível e, portanto, nem sempre a capacidade de resposta é exatamente a mesma e, depois, nem sempre há a perceção de quem é que é o responsável”* (Ent.10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada foi arquitetada sobre a representação política substantiva (Pitkin, 1967), na realidade concreta do poder local. É a este nível de governo que se aponta uma maior sensibilidade dos representantes às opiniões e expectativas dos representados (Sá *et.al.*, 1998, Dalton, 2011). Para a realidade portuguesa, no plano infranacional em particular, é assumido que o modelo de delegação enquadra e orienta a natureza do mandato representativo, sendo os eleitos apontados como delegados do partido (Belchior *et.al.*, 2016, Fernandes *et.al.*, 2017).

Neste contexto teórico, foram exploradas (através de entrevistas e depoimento escrito) as perceções dos principais autarcas da cidade de Lisboa ao nível dos órgãos de base eletiva mais próximos da população, consubstanciando uma amostra que correspondeu a 50% da totalidade dos atuais presidentes de junta de freguesia. Tendo como referência o modelo de delegação, foi propósito entender qual o foco e o estilo de representação adotados. Num quadro institucional de crescente complexidade, resultante da reforma administrativa verificada em Lisboa (reorganização territorial e

reforço de competências), importou, acima de tudo, saber se estes autarcas representam, atuam e decidem politicamente em função dos interesses e orientações dos eleitores ou do partido político ao qual estão associados.

Do trabalho encetado, concluiu-se que há uma ascendência do modelo de delegação na substância do mandato representativo dos presidentes de junta, particularizando serem mais delegados dos eleitores do que delegados do partido. Pelas entrevistas realizadas, é evidente um acentuado foco e estilo de representação dos eleitos locais para e em função dos eleitores, comparado com um foco e um estilo de representação francamente diminuídos para e em função do partido.

Face à narrativa construída pela maioria dos entrevistados, a legitimidade do mandato obtido assenta nos eleitores. Consequentemente representam os eleitores e é para eles que decidem. Por outro lado, o partido apresenta-se como o veículo indispensável ao processo que os conduz à eleição, desde o momento do recrutamento e seleção, à organização e dinamização eleitorais. Importância diminuída logo no dia das eleições, já que para muitos presidentes de junta, o voto é motivado pela sua pessoa e não tanto pelo partido ao qual estão filiados ou conotados. Uma desvalorização do partido que se mantém ao longo do exercício do mandato. Daí que num hipotético cenário de conflito entre as orientações do partido e os interesses dos eleitores, os presidentes de junta tenham optado, maioritariamente, por afirmar a defesa destes últimos.

Contudo, o partido não é desvalorizado ao ponto de perder o seu valor instrumental no eventual propósito de serem reeleitos e reconduzidos no cargo. Sendo notório o afastamento do eleito local em relação ao partido, principalmente nos assuntos que dizem exclusivamente respeito à freguesia e à sua população, o partido continua, como observado por Peter Mair (2013: 94-95), a ser decisivo no ‘patrocínio político’ ao primeiro candidato selecionado, potencial presidente de junta de freguesia, considerando a realidade investigada nesta dissertação.

Foi possível também concluir, que a comunidade se apresenta como alvo privilegiado da política levada a cabo pelo eleito local, que representa e age de acordo com a sua consciência face ao que considera serem os interesses gerais dos seus eleitores. Poderá ser apreciado, como mais assertivo e atual, o termo de ‘eleito político’ e não tanto delegado dos eleitores, seguindo a lógica do ‘estilo político’ (Gross, 1978, Teixeira, 2009).

As barreiras que se erguem ao modelo de delegação, na representação política a nível local, abrem espaço, em alguma medida, a práticas mais associadas ao modelo fiduciário. Tal não implica, contudo, a substituição de um modelo por outro. Numa abordagem mais pragmática e de acordo com os casos estudados, poderão contribuir para a consolidação de uma terceira via, que combina traços dos dois modelos referidos. Proposta que não é inédita e que está de acordo com o avançado anteriormente por outros autores (Anderson e Goodeyear-Grant, 2005, Arnesen e Peters, 2017), materializando uma mutação que se aproxima do já conhecido empiricamente em relação aos

eleitos para a Assembleia da República (Teixeira, 2009, Belchior, 2010, Teixeira *et.al*, 2012), onde o representante atua de forma independente dos representados, livremente e de acordo com a sua consciência sem, contudo, para o exemplo do poder local, estar aparentemente sujeito à disciplina e orientação partidária.

Serão particularidades da representação política a nível das freguesias de Lisboa, faltando perceber, em que medida, a realidade da representação a nível local no resto do país, se aproxima ou não deste modelo, ou se ainda mantém as referências à ‘matriz paroquial’ que há muito tipificam o exercício do poder local, com repercussões no foco e no estilo de representação dos respetivos presidentes de junta de freguesia. No horizonte, portanto, um potencial e vasto campo de investigação.

BIBLIOGRAFIA

Acceti, Carlo Invernizzi e Fabio Wolkenstein (2017), “The Crisis of Party Democracy, Cognitive Mobilization, and the Case for Making Parties More Deliberative”, in *American Political Science Review*, 111, 1, pp.97-109

Alexander, Amy C., Ronald Inglehart and Christian Welzel (2011), “Measuring effective democracy: A defense”, in *International Political Science Review*, Vol.33 (1), pp.41-62

Almeida, João Ferreira de, e José Madureira Pinto (1986), “Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (Orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*. Edições Afrontamento, Porto, pp.55-78

Almeida, Maria Antónia Pires de (2011), “Partidos e Independentes: representação política em Portugal e o contexto Europeu”, Comunicação na Conferência do II Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, At. Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Almeida, Maria Antónia Pires de (2013), *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de câmara e governadores civis, 1936-2012, e.book*. Lisboa.

Almeida, Maria Antónia Pires de (2015), “Longevidade nas autarquias e responsabilização dos autarcas: questões pendentes no poder local em Portugal”, in *Mátria XXI*, Nº4, pp.1-13

Anderson, Cameron D. and Elizabeth Goodyear-Grant (2005), “Conceptions of Political Representation in Canada: An Explanation of Public Opinion”, in *Canadian Journal of Political Science*, Vol.38, Nº.4, pp. 1029-1058

Andeweg, Rudy B. and Jacques J. A. Thomassen (2005), “Modes of Political Representation: Toward a New Typology”, in *Legislative Studies Quarterly*, Vol. 30, Nº.4, pp. 507-528

Arnesen, Sveinung and Yvette Peters (2017), “The Legitimacy of Representation: How Descriptive, Formal, and Responsiveness Representation Affect the Acceptability of Political Decisions”, in *Comparative Political Studies*, 00 (0), pp.1-32

Babbie, Earl (2010), *The Practice of Social Research*, (12º edition), Wadsworth, Cengage Learning, Belmont, USA

Bardi, Luciano (2014), “Political parties, responsiveness, and responsibility in multi-level democracy: the challenge of horizontal euroscepticism”, in *European Political Science*, Nº.13, pp.352-364

Bardi, Luciano, Stefano Bartolini and Alexander H. Trechsel (2014), “Responsive and Responsible? The Role of Parties in Twenty-First Century Politics”, in *West European Politics*, Vol. 37, No. 2, pp.235-252

Bardin, Laurence (1995 [1977]), *Análise de Conteúdo*, Edições 70, Lisboa

Belchior, Ana Maria (2010), *Democracia e Representação Política – A Elite Parlamentar e os Cidadãos*, Imprensa Ciências Sociais, Lisboa

Belchior, Ana Maria (2012), “Explaining Left–Right Party Congruence Across European Party Systems: A Test of Micro-, Meso-, and Macro-Level Models”, in *Comparative Political Studies*, Vol.46, Nº.3, pp.352-386

Belchior, Ana Maria (2015), “Crise económica e perceções sobre a ideologia dos partidos políticos em Portugal (2008-2012)”, in *Análise Social*, 217, 1 (4.º), pp.734-760

Belchior, Ana Maria, Emmanouil Tsatanis e Conceição Pequito Teixeira (2016), “Representation in times of crisis: deputy–voter congruence on views of representation in Portugal”, in *International Political Science Review*, Vol. 37 (2), pp.277-293

Bell, Judith (1997), *Como Realizar um Projeto de Investigação*, Gradiva-Publicações Lda., Lisboa

Biezen, Ingrid van, Peter Mair and Thomas Poguntke (2012), "Going, going...gone? The decline of party membership in contemporary Europe", in *European Journal of Political Research*, Nº.51, pp.24-56

Biezen, Ingrid van and Thomas Poguntke (2014), "The decline of membership-based politics", in *Party Politics*, Vol. 20(2), pp.205-216

Bilhim, João (2004), *A Governação nas Autarquias Locais*, SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A, Porto

Bobbio, Norberto (1995), *Direita e Esquerda*, Editorial Presença, Lisboa

Bolgherini, Silvia, (2007), "Os presidentes de Câmara italianos: Uma revolução de compromisso", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº.77, pp.81-100

Bowler, Shaun (2017), "Trustees, Delegates, and Responsiveness in Comparative Perspective", in *Comparative Political Studies*, Vol. 50 (6), pp.766-793

Burke, Edmund (2012 [1774]), "Discurso aos Eleitores de Bristol", in *Revista de Sociologia e Política*, Vol.20, Nº.44, pp.97-101

Cabral, João de Pina (1983), "Notas críticas sobre a observação participante no contexto da etnografia portuguesa", in *Análise Social*, Vol. XIX, Nº.76, pp.327-339

Campos, Luís Melo (2008), "Mediação de conflitos: enquadramentos institucionais e posturas epistemológicas", in José Vasconcelos-Sousa (Coord.), *Mediation In Action - A Mediação em Acção*, Coimbra, MEDIARCOM/Minerva Coimbra, pp. 167-195

Cardoso, Júlia (2013), "Assistência, Acção Social e Municípios: apontamentos históricos e desafios actuais", in *Lusíada. Intervenção Social*, Lisboa, n.º 41, pp.121-140

Carvalho, Manuel Ferreira de (2011), "Gestão Pública: um novo paradigma para a governação da administração local em Portugal". Intervenção no 8º Congresso Nacional de Administração Publica: Desafios e Soluções, 21 e 22 de novembro, Instituto Nacional da Administração I.P., pp.309-333

Campbell, Adrian e Andrew Coulson (2006), "Into the mainstream: Local democracy in Central and Eastern Europe", in *Local Government Studies*, Vol. 32, N. 5, pp.543-561

Cancela, João, António Dias e Marco Lisi (2017), "The impact of endorsements in intra-party elections: Evidence from open primaries in a new Portuguese party", in *Politics*, Vol. 37(2), pp.167-183

Conniff, James (1977), "Burke, Bristol, and the Concept of Representation", in *The Western Political Quarterly*, Vol. 30, Nº.3, pp. 329-341

Converse, Philip E. e Roy Pierce (1977), "Representative Roles and Legislative Behavior in France", in *Legislative Studies Quarterly*, Vol.4, Nº.4, pp.525-562

Costa, António Firmino da (1989), "A pesquisa de terreno em Sociologia", in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (Orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*. Edições Afrontamento, Porto, pp.129-148

Cotta, Maurizio (1998 [1983]), "Representação Política", in Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (Orgs.), *Dicionário de Política*, Vol. I, Editora da Universidade de Brasília, 11ª Edição, pp.1101-1107

Cruz, Nuno F. da, e Rui Cunha Marques (2017), "An Application of a Multicriteria Model to Assess the Quality of Local Governance", in *Urban Affairs Review*, 0(0), pp.1-22

Cyr, Jennifer (2016), "Between Adaptation and Breakdown: Conceptualizing Party Survival", in *Comparative Politics*, Vol. 49, No. 1, pp. 125-145

Dalton, Russel J. (1985), "Political Parties and Political Representation: Party Supporters and Party Elites in Nine Nations", in *Comparative Political Studies*, 18, pp.267-299

Dalton, Russel J., David M. Farrell & Ian McAllister (2011), *Political Parties & Democratic Linkage – How Parties Organize Democracy*, Oxford University Press, New York

Dalton, Russell J. (2015), “Party representation across multiple issue dimensions”, in *Party Politics*, Vol. 23(6), pp.609–622

Dalton, Russel J. (2017), “Citizens’ representation in the 2009 European Parliament elections”, in *European Union Politics*, Vol. 18(2), pp.188-211

Debus, Marc e Martin Gross (2016), “Coalition formation at the local level: Institutional constraints, party policy conflict, and office-seeking political parties”, in *Party Politics*, Vol. 22(6) 835–846

Drummond, Andrew J. (2006), “Electoral Volatility and Party Decline in Western Democracies: 1970–1995”, in *Political Studies*, Vol.54, pp.628-647

Egner, Björn & Hubert Heinelt (2008), “Explaining the Differences in the Role of Councils: an Analysis Based on a Survey of Mayors”, in *Local Government Studies*, 34:4, pp.529-544

Esaiasson, Peter (1999), “Not all Politics is Local. The Geographical Dimension of Policy Representation”, in *Policy Representation in Western Democracies*, Oxford University Press Inc., New York, pp.110-136

Eulau, Heinz, John C. Wahlke, William Buchanan, e Leroy C. Ferguson (1959), "The Role of the Representative: Some Empirical Observations on the Theory of Edmund Burke", in *American Political Science Review*, 53 (3), pp.742-56

Eulau, Heinz and Paul D. Karps (1977), “The puzzle of representation: Specifying Components of Responsiveness”, in *Legislative Studies Quarterly*, Vol.2, N°.3, pp.233-254

Evans, Matt (2014), “Democracy, Legitimacy and Local Government Electoral Reform”, in *Local Government Studies*, Vol.40, N°.1, pp.41-63

Fernandes, António Teixeira (1992), “O Poder Local e Democracia”, in *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Série I, Vol. II, pp.29-59

Fernandes, António Teixeira (1997), *A Sociedade e o Estado – Sociologia das Formações Políticas*, Edições Afrontamento, Porto

Fernandes, António Teixeira (2002), “Mudança Eleitoral em Portugal – Clivagens, economia e voto em eleições legislativas 1983-1999”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº39, pp.205-208

Fernandes, Jorge M., Cristina Leston-Bandeira, Carsten Schwemmer (2017), “Election proximity and representation focus in party-constrained environments”, in *Party Politics*, pp.1-12

Filipe, António (2009), “Para uma melhoria da representação política – tentativa de uma síntese crítica”, in *Sistema eleitoral e qualidade da democracia*, André Freire e Manuel Meirinho (Orgs.), Revista de Assuntos Eleitorais - Cadernos da Administração Interna - Eleições, nº12 Edição Especial, pp.83-95

Fitzgerald, Jennifer e Jennifer Wolak (2016), “The roots of trust in local government in western Europe”, in *International Political Science Review*, Vol. 37(1), pp.130-146

Flinders, Matthew & David Judge (2017), “Fifty Years of *Representative and Responsible Government*: Contemporary Relevance, Theoretical Revisions and Conceptual Reflection”, in *Representation*, Vol.53, N°.2, pp.97-116

Fonseca, Fátima (2003), “Envolvimento dos cidadãos nas políticas da administração local”, in Juan Mozzicafreddo, João Salis Gomes e João S. Batista (orgs.), *Ética e Administração – Como Modernizar os Serviços Públicos*, Celta Editora, Oeiras, pp.309-343

Francisco, Daniel (2007), “Territórios chamados desejo: Da largueza dos conceitos à contenção das experiências”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº.77, pp.165-199

Freire, André (2000), “Clivagens, Conjuntura Económica e Comportamento Eleitoral em Portugal – Uma Análise das legislativas de 1995 com dados agregados” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº32, pp.23-54

Freire, André (2003), “Desempenho da Democracia e Reformas Políticas. O caso português em perspetiva comparada”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº43, pp.133-160

Freire, André (2004), “Identidades Ideológicas e Partidárias: Portugal, Espanha e Grécia em perspetiva comparada”, Comunicação ao VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 16, 17 e 18 de setembro, Coimbra

Freire, André (2005), “Eleições de segunda ordem e ciclos eleitorais no Portugal democrático, 1975-2004”, in *Análise Social*, vol. XL (177), pp.815-846

Freire, André (2006), “Bringing Social Identities Back In: The Social Anchors of Left–Right Orientation in Western Europe”, in *International Political Science Review*, Vol. 27, Nº. 4, pp.359–378

Freire, André (2009), “A esquerda europeia ante os dilemas da imigração”, in *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Série I*, Vol. 19, pp.255-279

Freire, André (2016a), “The condition of Portuguese democracy during the Troika’s intervention, 2011-15”, in *Portuguese Journal of Social Science*, Vol. 15, Nº. 2, pp.173-193

Freire, André (Org.) (2016b), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega, pp.15-71

Freire, André e Ana Maria Belchior (2009), “What left and right means to Portuguese citizens”, in *Comparative European Politics*, Vol. 0(0), pp.1-23

Giddens, Anthony (1997 [1994]), *Para além da Esquerda e da Direita*, Celta Editora, Oeiras

Grimes, Marcia and Peter Esaiasson (2014), “Government Responsiveness: A Democratic Value with Negative Externalities?”, in *Political Research Quarterly*, Vol. 67, Nº. 4, pp.758-768

Gross, Donald A. (1978), “Representative Styles and Legislative Behavior”, in *Western Political Quarterly*, Vol.31, Nº.3, pp.359-371

Guérin, Élodie & Éric Kerrouche (2008), “From Amateurs to Professionals: The Changing Face of Local Elected Representatives in Europe”, in *Local Government Studies*, Vol.34, nº.2, pp.179-201

Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*, Príncípia Editora Lda., Estoril, pp.7-24

Harvey, William S. (2011), “Strategies for conducting elite interviews”, in *Qualitative Research*, Vol.11, Nº4, pp.431-441

Hobson, Christopher (2016), “Democracy: Trap, Tragedy or Crisis?”, in *Political Studies Review*, pp.1-8

Holmberg, Sören (1999), “Collective Policy Congruence Compared”, in *Policy Representation in Western Democracies*, Oxford University Press Inc., New York, pp.87-109

Huber, John and Ronald Inglehart (1995), “Expert Interpretations of party space and party locations in 42 societies”, in *Party Politics*, Vol.1, Nº.1, pp.73-111

Inglehart, Ronald e Avram Hochestein (1972), “Alignment and dealignment of the electorate in France and the United States”, in *Comparative Political Studies*, pp.343-372

Inglehart, Ronald (1977a), “Policy problems of advanced industrial society”, in *Comparative Political Studies*, Vol. 10, Nº. 3, pp.291-298

Inglehart, Ronald (1977b), “Political dissatisfaction and mass support for social change in advanced industrial society”, in *Comparative Political Studies*, Vol. 10, Nº. 3, pp.455-472

- Inglehart, Ronald (1977c), “Values, Objective needs, and subjective satisfaction among western publics”, in *Comparative Political Studies*, Vol. 10, Nº. 4, pp.430-458
- Inglehart, Ronald and Gabriela Catterberg (2002), “Trends in political action: the developmental trend and the post-honeymoon decline”, in *International Journal of Comparative Sociology*, Vol.43, Nº.3-5, pp.300-316
- Judge, David (1999), *Representation: Theory and Practice in Britain*, London, Routledge
- Judge, David e Cristina Leston-Bandeira (2017), “The Institutional Representation of Parliament”, in *Political Studies*, 0(0), pp.1-19
- Katz, Richard S. and Peter Mair (1995), “Changing Models of Party Organization and Party Democracy”, in *Party Politics*, Vo.1, Nº.1, pp.5-28
- Katz, Richard S. (2014), “No man can serve two masters: Party politicians, party members, citizens and principal-agent models of democracy”, in *Party Politics*, Vol. 20(2), pp.183-193
- Kjaer, Ulrik e Jorgen Elkit (2010), “Party politicization of local councils: Cultural or institutional explanations for trends in Denmark, 1966–2005”, in *European Journal of Political Research*, nº49, pp.337-358
- Kjaer, Ulrik (2015), “Urban Political Leadership and Political Representation: The Multifaceted Representational Role of Danish Mayors”, in *Urban Affairs Review*, Vol. 51(4), pp.563-577
- Kölln, Ann-Kristin (2016), “Party membership in Europe: Testing party-level explanations of decline”, in *Party Politics*, Vol. 22(4), pp.465-477
- Kölln, Ann-Kristin and Jonathan Polk (2017), “Emancipated party members: Examining ideological incongruence within political parties”, in *Party Politics*, Vol. 23(1), pp.18-29
- Kolk, Henk van der (2005), “Sistemas eleitorais locais na Europa ocidental”, in *Análise Social*, vol. LX (177), pp.847-864
- Koop, Royce (2016), “Institutional-and Individual-Level Influences on Service Representation and Casework in Canadian Cities”, in *Urban Affairs Review*, Vol. 52(5), pp.808-831
- Lahire, Bernard (2001), *O Homem Plural – As Molas da Ação*, Instituto Piaget, Lisboa
- Leirinha, Joana Catarina Calado (2015), “O Estado, a Sociedade e o Poder Local: análise nas freguesias do Concelho de Cascais”. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública. Orientador: Doutor João António Salis Gomes, Professor Auxiliar, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
- Leston-Bandeira, Cristina e André Freire (2003), “Internalizing the lessons of stable democracy: The Portuguese parliament”, in *The Journal of Legislative Studies*, Vol.9, Nº.2, pp.56-84
- Leston-Bandeira, Cristina (2004), *From Legislation to Legitimation – The Role of Portuguese Parliament*, Routledge, Taylor & Francis Group, London
- Leston-Bandeira, Cristina (2012), “Studying the Relationship between Parliament and Citizens”, in *The Journal of Legislative Studies*, Vol. 18, N.3-4, pp.265-274
- Leston-Bandeira, Cristina (2016), “Why symbolic representation frames parliamentary public engagement”, in *The British Journal of Politics and International Relations*, Vol. 18(2), pp.498-516
- Lopez, Félix e Acir Almeida (2017), “Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no nível local”, in *Revista de Sociologia Política.*, Vol. 25, Nº. 62, p. 157-181
- Mair, Peter (2003), “Os partidos políticos e a democracia”, in *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), pp.277-293
- Mair, Peter & Ingrid van Biezen (2001), “Party Membership in Twenty European Democracies, 1980-2000”, in *Party Politics*, Vol.7, nº1, pp.5-21

- Mair, Peter & Jacques Thomassen (2010), “Political representation and government in the European Union”, in *Journal of European Public Policy*, Vol.17, Nº.1, pp.20-35
- Mair, Peter (2013), *Ruling The Void – The Hollowing of Western Democracy*, Verso, London
- Machado, Ângela Montalvão (2009), “O Binómio «Esquerda/Direita» no Portugal Pós-25 de Abril”, in *ResPublica: Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais*, nº9
- Magalhães, Pedro C. (2003), “A confiança nos parlamentos nacionais: regras institucionais, representação e responsabilização política”, in *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), pp.443-465
- Magalhães, Pedro C. (2016), “Economic Evaluations, Procedural Fairness, and Satisfaction with Democracy”, in *Political Research Quarterly*, Vol. 69(3), pp.522-53
- Magnier, Annick (2007), “Strong Mayors? On Direct Election and Political Entrepreneurship”, in Henry Bäck, Hubert Heinelt, Annick Magnier (Orgs.), *The European Mayor: Political Leaders in the Changing Context of Local democracy*, Springer Science & Business Media, pp.353-376
- Martínez-Fuentes, Guadalupe (2008), “Local Political Leadership in Spain”, in *Local Government Studies*, Vol. 34, Nº.2, pp.267-278
- Martins, Manuel Meirinho (2004), *Participação Política e Democracia – O Caso Português (1976-2000)*, Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas, Lisboa
- Martins, Manuel Meirinho (2008), *Representação Política, Eleições e Sistemas Eleitorais*, Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas, Lisboa
- Martins, Manuel Meirinho (2010), *Cidadania e Representação Política – Temas e perspetivas de análise*, Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas, Lisboa
- Meadowcroft J. (2001), “Community Politics, Representation and the Limits of Deliberative Democracy”, in *Local Government Studies*, Vol. 27, Nº.3, pp.25-42
- Meguid, Bonnie M. (2015), “Multi-Level Elections and Party Fortunes: The Electoral Impact of Decentralization in Western Europe”, in *Comparative Politics*, Vol. 47, Nº.4, pp. 379-398
- Mendes, Maria Manuela (1993), “As Elites Políticas num Concelho da Área Metropolitana do Porto”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº14, pp.177-198
- Méndez-Lago M. e A. Martínez (2002), “Political Representation in Spain: An Empirical Analysis of the Perception of Citizens and MPs”, in *Journal of Legislative Studies*, Vol.8, Nº.1, pp.63-90
- Mozzicafreddo, Juan, Isabel Guerra, Margarida A. Fernandes e João Quintela (1988), “O grau zero do poder local”, in *Sociologia*, Nº4, pp.45-59
- Mozzicafreddo, Juan, Isabel Guerra, Margarida A. Fernandes e João Quintela (1989), “Modelos de Gestão e de legitimidade no sistema político local português”, in *Sociologia*, Nº6, pp.51-80
- Norris, Pippa (1995), “May's Law of Curvilinear Disparity Revisited: Leaders, Officers, Members and Voters in British Political Parties”, in *Party Politics*, Vol.1. Nº.1, pp.29-47
- Önnudóttir, Eva H. (2014), “Policy Congruence and Style of Representation: party Voters and Political Parties”, in *West European Politics*, Vol.37, Nº3, pp.538-563
- Önnudóttir, Eva H. (2016), “Political parties and styles of representation”, in *Party Politics*, Vol. 22 (6), pp.732–745
- Pereira, José Santana e Marco Lisi (2016), “Campanhas de partidos ou de candidatos? Individualização das campanhas eleitorais em diferentes cenários políticos e institucionais”, in André Freire, Marco Lisi e José Manuel Leite Viegas (Orgs.), *Representação e Participação Política na Europa em Crise*, Edição Assembleia da República - Divisão de Edições, Lisboa, pp.221-234

Pierce, Roy (1999), “Mass-elite issue linkages and the Responsible Party Model of Representation”, in *Policy Representation in Western Democracies*, Oxford University Press Inc., New York, pp.9-32

Pitkin, Hanna Fenichel (1967), *The Concept of Representation*, University of California Press, USA

Poguntke, Thomas, Susan E. Scarrow and Paul D. Webb (2016), “Party rules, party resources and the politics of parliamentary democracies: How parties organize in the 21st century”, in *Party Politics*, Vol. 22(6), pp.661-678

Rose, Richard (2014), “Responsible Party Government in a World of Interdependence”, in *West European Politics*, Vol. 37, No. 2, pp.253-269

Ryšavý, Dan & Josef Bernard (2013), “Size and Local Democracy: the Case of Czech Municipal Representatives”, in *Local Government Studies*, Vol.3, n.º.6, pp.833-852

Sá, Luís (1986), *Introdução à Teoria do Estado*, Editorial Caminho S.A., Lisboa

Sá, Luís (1989), *Regiões Administrativas – O Poder Local Que Falta*, Editorial Caminho S.A., Lisboa

Sá, Luís (1992), *Eleições e Igualdade de Oportunidades*, Editorial Caminho S.A., Lisboa

Sá, Luís, Ana Serrano e Daniel Branco (1998), *As Regiões Administrativas. Democracia e Desenvolvimento*, Editorial Caminho S.A., Lisboa

Scarrow, Susan E. and Burcu Gezgor (2010), “Declining memberships, changing members? European political party members in a new era”, in *Party Politics*, 16(6), pp.823-843

Sousa, Luís de e Javane Maia (2017), “Participação Eleitoral e Candidaturas Independentes nas Eleições Autárquicas”, in João Ferrão e Ana Delicado (Coord.), *Portugal Social em Mudança - Retratos Municipais*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp.9-19

Teixeira, Maria da Conceição Pequito (2009), *O Povo Semi-Soberano. Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar em Portugal (1990-2003)*, Edições Almedina S.A., Coimbra

Teixeira, Conceição Pequito, André Freire e Ana Maria Belchior (2012), “Parliamentary representation in Portugal: Deputies’ focus and style of representation”, in *Portuguese Journal of Social Science*, Vol. 11, N.º 2, pp.99-117

Teixeira, Conceição Pequito, Emmanouil Tsatanis e Ana Maria Belchior (2016), “A ‘necessary evil’ even during hard times? Public support for political parties in Portugal before and after the bailout (2008 and 2012)”, in *Party Politics*, Vol. 22(6), pp.719-731

Teperoglou, Eftichia, André Freire, Ioannis Andreadis and José Manuel Leite Viegas (2014), “Elites’ and Voters’ Attitudes towards Austerity Policies and their Consequences in Greece and Portugal”, in *South European Society and Politics*, Vol. 19, No. 4, pp.457-476

Thomassen, Jacques (1994), “Empirical research into political representation: failing democracy or failing models?”, in M. Kent Jennings e T.E. Mann (orgs.), *Elections at Home and Abroad, Essays in Honor of Warren Miller*, Michigan University Press, Ann Arbor, pp. 237-264

Thomassen, Jacques (1999), “Political Communication between Political Elites and Mass Publics –The Role of Belief Systems”, in *Policy Representation in Western Democracies*, Oxford University Press Inc., New York, pp.33-58

Thomassen, Jacques (2012), “The blind corner of Political Representation”, in *Representation*, Vol.48, N.º.1, pp.13-27

Thomassen, Jacques & Carolien van Ham (2014), “Failing Political Representation or a Change in Kind? Models of Representation and Empirical Trends in Europe”, in *West European Politics*, Vol.37, N.º.2, pp.400-419

Torcal, Mariano, José Ramón Montero, Richard Gunther (2003), “Ciudadanos y partidos en el sur de Europa: los sentimientos antipartidistas” in *Reis*, 101/3, pp.9-48

Torcal, Mariano (2014), “The Decline of Political Trust in Spain and Portugal: Economic Performance or Political Responsiveness?”, in *American Behavioral Scientist*, Vol. 58(12), pp.1542-1567

Vala, Jorge (1986), “A Análise de Conteúdo”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Edições Afrontamento, Porto, pp.101-126

Veiga, Linda Gonçalves e Francisco José Veiga (2005), “Eleitoralismo nos municípios portugueses”, in *Análise Social*, vol. XL (177), pp.865-889

Velho, Gilberto (1981), “Observando o familiar”, in *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Zahar Editores, Rio de Janeiro Vitorino, António e Mário João de Brito Fernandes (2000), “A representação da crise da política em Portugal”, in *Análise Social*, vol. XXXIV (154-155), pp.259-313

Viegas, José Manuel Leite e Sérgio Faria (2004), “A Abstenção nas eleições legislativas de 2002”, in André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães (Orgs.), *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses – Portugal a Votos – As Eleições Legislativas de 2002*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, pp.221-259

Wessels, Bernhard (1999), “System Characteristics Matter. Empirical Evidence from Ten Representation Studies”, in *Policy Representation in Western Democracies*, Oxford University Press Inc., New York, pp.137-161

Whiteley, Paul F. (2011), “Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world”, in *Party Politics*, 17(1), pp.21-44

Wollmann, Hellmut (2012), “Local Government Reforms in (Seven) European Countries: Between Convergent and Divergent, Conflicting and Complementary Developments”, in *Local Government Studies*, Vol.38, nº1, pp.41-70

Wollmann, Hellmut (2016), “Local government reforms: between multifunction and single-purpose organizations”, in *Local Government Studies*, Vol.42, nº.3, pp.376-384

FONTES

AML – Grupo Municipal do PS. Grupo Municipal. Página Oficial da Internet. Disponível em <https://www.psamlisboa.pt/grupo-municipal/>

AML – Deputados Municipais do PSD. Página Oficial da Internet. Disponível em <http://www.am-lisboa.pt/201200/1/008287.000392/index.htm>

CRP (2006), *Constituição da República Portuguesa, 30 Anos - 1976-2006*, Editorial «Avante!», S.A., Lisboa

Diário da República Eletrónico, Legislação, Lei nº.22/2012. Regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107669086/view?q=lei+22%2F2012>

Diário da República Eletrónico, Legislação, Lei nº.56/2012. Reorganização administrativa de Lisboa. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/191865/details/maximized>

Diário da República Eletrónico, Legislação, Lei nº11-A/2013. Reorganização administrativa do território das freguesias. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107659381/view?q=lei+11-A%2F2013>

Diário da República Eletrónico, Legislação, Lei nº50/2018. Lei-quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. Disponível em <https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/116068877/details/maximized>

Junta de Freguesia da Ajuda. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <https://jf-ajuda.pt/historia-da-freguesia/>

Junta de Freguesia de Alcântara. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <http://www.jf-alcantara.pt/alcantara-em-numeros/>

Junta de Freguesia de Alvalade. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <http://www.jf-alvalade.pt/estatistica/>

Junta de Freguesia do Areeiro. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <http://www.jf-areeiro.pt/pt/populacao>

Junta de Freguesia de Arroios. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <http://www.jfarroios.pt/conheca-arroios/>

Junta de Freguesia das Avenidas Novas. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <http://www.jf-avenidasnovas.pt/freguesia/a-nossa-freguesia#heraldica>

Junta de Freguesia do Beato. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <http://www.jf-beato.pt/beato/costumes-e-heraldica/>

Junta de Freguesia de Belém. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em http://www.jf-belem.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=84&Itemid=108

Junta de Freguesia de Benfica. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <http://www.jf-benfica.pt/freguesia/junta-de-freguesia/>

Junta de Freguesia de Campo de Ourique. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <http://www.jf-campodeourique.pt/>

Junta de Freguesia de Campolide. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <http://www.jf-campolide.pt/campolide/historia>

Junta de Freguesia de Carnide. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <https://www.jf-carnide.pt/freguesia/a-freguesia/estatisticas/>

Junta de Freguesia da Estrela. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <https://www.jf-estrela.pt/quem-somos/a-nossa-freguesia/>

Junta de Freguesia do Lumiar. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <http://jf-lumiar.pt/lumiar/dados-gerais/>

Junta de Freguesia da Marvila. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/historia>

Junta de Freguesia da Misericórdia. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <https://www.jf-misericordia.pt/historia>

Junta de Freguesia dos Olivais. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <http://www.jf-olivais.pt/historia-da-freguesia/>

Junta de Freguesia do Parque das Nações. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <https://www.jf-parquedasnacoes.pt/pages/591>

Junta de Freguesia da Penha de França. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <http://www.jf-penhafranca.pt/index.php>

Junta de Freguesia de Santa Clara. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <https://www.jf-santaclara.pt/copia-estrutura-organica>

Junta de Freguesia de Santa Maria Maior. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <https://www.jf-santamariamaior.pt/a-junta/historia-da-freguesia/>

Junta de Freguesia de Santo António. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em http://www.jfsantoantonio.pt/?page_id=190

Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <https://jf-sdomingosbenfica.pt/historia/>

Junta de Freguesia de São Vicente. Área e População. Página Oficial da Internet. Disponível em <http://www.jf-saovicente.pt/pages/389>

SGMAI-SECRETARIA GERAL-Ministério da Administração Interna. Eleições Autárquicas 2013-29 de Setembro. Concelho Lisboa-Assembleia de Freguesia. Disponível em <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2013/#%00>

SGMAI-SECRETARIA GERAL-Ministério da Administração Interna. Eleições Autárquicas 2017-1 de Outubro. Concelho Lisboa-Assembleia de Freguesia. Disponível em <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2017/#%00>

ANEXOS

ANEXO A – QUADROS DESCRITIVOS

Quadro 1 – Caracterização G/D e eleições autárquicas-assembleias de freguesia-2013/2017

Eleições Autárquicas Lisboa - Assembleia de Freguesia									
	Junta de Freguesia	Área Geográfica (km ²)	População 2011 (em milhares)	NºEleitores 2013 (em milhares)	Votantes 2013 (em milhares)	Abstenção 2013 (%)	NºEleitores 2017 (em milhares)	Votantes 2017 (em milhares)	Abstenção 2017 (%)
1	Ajuda	3,15	15 617	15 547	6 618	54,51	13 630	6 792	50,17
2	Alcântara	4,39	13 943	12 832	5 979	53,41	12 057	6 463	46,40
3	Alvalade	5,34	31 812	30 414	14 221	53,24	29 941	16 231	45,79
4	Areiro	1,74	20 131	20 159	9 058	55,07	19 756	10 507	46,82
5	Arroios	2,13	31 653	29 946	12 217	59,20	29 346	13 485	54,05
6	Avenidas Novas	2,99	21 625	21 742	10 143	53,35	21 761	11 815	45,71
7	Beato	2,46	12 737	11 553	5 537	52,07	11 027	5 456	50,52
8	Belém	10,43	16 528	14 909	7 406	50,33	14 382	8 136	43,43
9	Benfica	8,03	36 985	34 696	15 777	54,53	33 460	17 751	46,95
10	Campo de Ourique	1,65	22 120	20 472	10 078	50,77	20 489	10 976	46,43
11	Campolide	2,77	15 460	13 639	6 152	54,89	13 136	6 686	49,10
12	Carnide	3,69	19 218	19 218	8 516	48,45	16 391	9 204	43,85
13	Estrela	4,6	20 128	20 128	8 239	54,54	17 455	9 257	46,97
14	Lumiar	6,57	41 163	41 163	16 817	55,17	38 683	21 266	45,02
15	Marvila	7,12	37 793	37 793	13 342	62,55	34 408	14 868	56,79
16	Misericórdia	2,19	13 044	13 044	5 513	58,32	11 294	5 145	54,44
17	Olivais	10,66	51 036	51 036	15 152	53,03	30 551	15 779	48,35
18	Parque das Nações	5,44	21 025	21 025	8 104	47,82	16 657	9 278	44,30
19	Penha de França	2,71	27 967	27 967	11 084	57,44	25 215	11 841	53,04
20	Santa Clara	3,36	22 480	22 480	7 425	60,71	18 969	8 042	57,60
21	Santa Maria Maior	3,01	12 822	12 822	5 242	58,12	10 692	4 590	57,07
22	Santo António	1,49	11 836	11 836	5 514	55,62	11 387	5 750	49,50
23	São D. Benfica	4,29	33 745	33 745	14 220	52,59	30 248	16 951	43,96
24	São Vicente	1,99	15 339	15 339	6 335	54,51	12 599	6 212	50,68
Totais para a cidade			566 207	553 505	228 689		493 534	252 481	
LISBOA - Assembleia Freguesia				507 495	228 605	54,95	493 534	252 377	48,86

Fonte: Adaptado das páginas oficiais da internet das juntas de freguesia e da SGMAI (2013, 2017)

Quadro 2 – Contactos e respostas ao pedido de entrevista.

	27 de abril			17 de maio	
	Carta enviada (via ISCTE/CTT)	Resposta	OBS	Email reforçando o pedido de entrevista	OBS
1	Ajuda	s.r.		s.r	
2	Alcântara	s.r.		s.r	
3	Alvalade	s.r.		18.05 via correio eletrónico	
4	Areeiro	14.05 via correio eletrónico	agendada para 22.05 (n.r.)		
5	Arroios	s.r.		s.r	
6	Avenidas Novas	4.05 via correio eletrónico	agendada para 11.05		
7	Beato	por telefone	agendada para 28.05		
8	Belém	s.r.		s.r	
9	Benfica	s.r.		s.r	
10	Campo de Ourique	s.r.		s.r	
11	Campolide	14.05 via correio eletrónico	agendada para 16.05		
12	Carnide	7.05 via correio eletrónico	agendada para 15.05		
13	Estrela	s.r.		8.05 via correio eletrónico	agendada para 27.06, 2.07 e 10.07
14	Lumiar	s.r.		6 de junho via correio eletrónico	agendada para 25.06
15	Marvila	s.r.		por telefone	agendada para 23.05 e depois adiada para 20.06
16	Misericórdia	s.r.		s.r	
17	Olivais	8.05 via correio eletrónico	agendada para 18.05 e depois adiada para 1.06		
18	Parque das Nações	8.05 via correio eletrónico	agendada para 24.05		
19	Penha de França	s.r.		s.r	
20	Santa Clara	s.r.		19.05 com depoimento escrito (n.c.)	não houve disponibilidade em realizar a entrevista
21	Santa Maria Maior	s.r.		23.05 via correio eletrónico	resposta às perguntas por correio eletrónico
22	Santo António	por telefone	agendada para 22.05, 28.05 e 8.06 (n.r.)		
23	São Domingos de Benfica	por telefone	agendada para 21.05		
24	São Vicente	s.r.		22.05 via correio eletrónico	não houve disponibilidade em realizar a entrevista

Legenda: s.r (sem resposta); n.r. (não se realizou); n.c. (não contabilizado)

Quadro 3 – Entrevistas: datas de realização e tempo de duração

Entrevista	Data	Presidente	Local	Tempo da Entrevista (00h.00m.00s)
1	11 de Maio	JF Avenidas Novas	Sede da Junta	00.50.39
2	15 de Maio	JF Carnide	Sede da Junta	01.11.58
3	16 de Maio	JF Campolide	Sede da Junta	00.53.16
4	21 de Maio	JF Alvalade	Sede da Junta	01.16.55
5	21 de Maio	JF S.D.Benfica	Sede da Junta	01.04.40
6	24 de Maio	JF Parque das Nações	Sede da Junta	00.31.47
7	28 de Maio	JF Beato	Sede da Junta	00.48.17
8	1 de Junho	JF Olivais	Sede da Junta	00.59.29
9	20 de Junho	JF Marvila	Sede da Junta	01.22.34
10	25 de Junho	JF Lumiar	Sede da Junta	01.01.20
11	2 de Julho	JF Stª.Maria Maior*		00.00.00
12	10 de Julho	JF Estrela	Sede da Junta	01.51.25

* Respostas enviadas por correio eletrónico.

Quadro 4 – Retrato dos presidentes de junta de freguesia

	Junta de Freguesia	Partido	Idade	Hab.	Sexo (M/F)
1	Ajuda	PS	47	Lic.	M
2	Alcântara	PS	39	s.r.	M
3	Alvalade	PS	29	Lic.	M
4	Areeiro	PSD	69	s.r.	M
5	Arroios	PS	65	s.r.	F
6	Avenidas Novas	Ind.	62	Lic.	F
7	Beato	PS	49	Lic.	M
8	Belém	PSD/CDS	62	Lic.	M
9	Benfica	PS	44	Lic.	F
10	Campo de Ourique	PS	40	Lic.	M
11	Campolide	PS	36	Lic.	M
12	Carnide	PCP	32	Mestre	M
13	Estrela	PSD	40	12ºano	M
14	Lumiar	PS	37	Doutorado	M
15	Marvila	PS	50	Lic.	M
16	Misericórdia	PS	43	Lic.	F
17	Olivais	PS	45	Lic.	F
18	Parque das Nações	PS	49	Lic.	M
19	Penha de França	PS	40	Lic.	F
20	Santa Clara	PS	70	Mestre	F
21	Santa Maria Maior	PS	66	Doutorado	M
22	Santo António	PSD	44	s.r.	M
23	São D. Benfica	PS	56	12ºano	M
24	São Vicente	PS	76	Lic.	F

Fonte: Páginas oficiais da internet das juntas de freguesia e grupos políticos da AML.

ANEXO B – GUIÃO DE ENTREVISTA

Dados socioprofissionais

1. Idade?
2. Habilitações escolares/académicas?
3. Naturalidade (fora ou dentro da freguesia)?
4. Residência (fora ou dentro da freguesia)?
5. Faz parte de alguma associação desportiva-recreativa da freguesia?
6. Há quanto tempo é Presidente de Junta (repete mandato, é a primeira vez, já foi presidente noutra Junta)?
7. Está a tempo inteiro?
 - a. Se não, exerce a sua profissão fora ou dentro dos limites geográficos da freguesia?
 - b. Se sim, já exerceu a sua profissão fora ou dentro dos limites geográficos da freguesia?

A

1. Como descreveria a sua relação com os eleitores?
 - a. Ouve os eleitores? Em termos diários, semanais?
 - b. Formal, informalmente, ambos?
 - c. Contacta os eleitores pessoalmente?
 - d. Costuma percorrer as ruas da freguesia?
 - e. Com que frequência?
2. Existem espaços de debate e discussão sobre os problemas da freguesia?
 - a. Se sim, quais?
 - b. Qual a avaliação que faz desses “espaços”?
 - c. Se não, quais as razões para a sua não existência?
 - d. Que avaliação faz das opiniões expressas pelos seus eleitores nestes espaços de debate (retrospectiva ou prospectivamente)?
3. Participa nos eventos da freguesia (não organizados pela Junta) direccionados à população residente?
 - a. Tais como?
 - b. É importante a sua participação? Porquê?
4. Costumam reconhecê-la na rua?
 - a. Mais os militantes/simpatizantes do seu partido ou também os outros?
 - b. Quais as principais observações que fazem?
 - c. Como reage a essas abordagens?
5. Gostava agora de lhe pedir que me falasse um pouco sobre as Assembleias de Freguesia.

- a. Há espaço (tempo suficiente) para os habitantes exporem e debaterem os seus problemas?
 - b. Qual o nível de participação dos “fregueses” nessas assembleias?
 - c. Tem havido sessões extraordinárias ou apenas se realizam as que estão definidas obrigatoriamente (i.e., 4/ano: de 3 em 3 meses)?
 - i. Quais os assuntos que justificaram as sessões extraordinárias?
6. Foram criados novos instrumentos no seu mandato para informar e comunicar com os seus eleitores?
- a. Perspetiva a sua manutenção e/ou criação de outros no futuro?
 - b. Como valoriza os resultados até agora alcançados ou que perspetivam alcançar?
 - c. Qual a importância das novas TIC (internet, redes sociais, blogs, fóruns em plataformas eletrónicas...) nesse objetivo?
7. Como encara as opiniões (participação política) dos eleitores nos processos de decisão da Junta?
- a. Há iniciativas políticas auto-organizadas pelos eleitores com o apoio da Junta?
 - b. Quais as consequências dessas iniciativas?
 - c. Quais os assuntos em foco nessas iniciativas?
 - d. Foram assumidas decisões políticas da JF em função dessas iniciativas?
 - i. Especifique por favor.
8. O reforço de competências verificado em 2012/2014 (processo de descentralização) aproximou ou afastou a Junta dos seus eleitores?
- a. Em que medida?

B

1. Quais as principais responsabilidades de um Presidente da Junta?
 - a. Por ordem de prioridade...?
2. Tem conseguido implementar o ‘programa político’ apresentado nas eleições?
 - a. Se não, porquê?
 - b. Qual a importância do programa político?
 - i. Tem mais importância antes ou depois das eleições?
3. Qual a avaliação que faz sobre o equilíbrio entre o que os eleitores desejam e o que é exequível?
4. Das forças vivas e organizadas da freguesia quem ausculta e considera nos processos de decisão política?
 - a. Qual o envolvimento dos partidos da oposição?
 - b. E da realidade do movimento associativo?
 - c. Com as organizações representativas (campo laboral/profissional e empresarial local)?

- d. Com que frequência?
- 5. A Junta tem atualmente os meios necessários ao governo da freguesia?
 - a. Quais os principais desafios ao governo da freguesia?
- 6. Com as atuais competências, quais os meios que poderiam melhorar o Governo e a capacidade de resposta da Junta face à realidade da freguesia e as expetativas da população?
 - a. Considera necessário o reforço desses meios?
 - b. Quem deve decidir e materializar esse reforço: a própria Junta, a administração local a nível da Câmara e Assembleia Municipal? A AR? O Governo?
 - c. Há contactos com os níveis superiores do poder político nesse sentido? A que nível e com que regularidade?
 - d. Facilita ou é mais difícil estabelecer esses contactos, e obter resultados face ao desejado, quando o partido do governo (na CML ou na Assembleia da República) é distinto do seu?

C

- 1. É filiado num partido político?
 - a. Se sim, há quanto tempo?
 - b. Se não, já foi? Durante quanto tempo?
- 2. Como foi decidida e construída a sua candidatura?
 - a. Qual o papel do partido nesse processo?
 - b. O Partido a nível local ou a nível nacional? Ambos?
- 3. Como foi elaborado o programa político para a freguesia?
 - a. Foi debatido e decidido com o envolvimento do partido?
 - b. Pela organização a nível local?
 - c. Os militantes participaram na elaboração do programa?
 - d. Foram importadas propostas dos habitantes da freguesia?
 - i. Houve iniciativas próprias nesse sentido?
 - ii. Qual o grau de participação?
- 4. Quem determina a condução da política seguida na Junta?
 - a. O Partido? O Presidente? Ambos?
 - b. Em que medida?
 - c. É comum existirem situações conflituantes?
 - d. Em que áreas?
 - e. Como foram solucionados?
- 5. Já assumiu ou acumula outras responsabilidades atribuídas pelo partido?
 - a. Quais?
 - a. Como concilia essas responsabilidades com a de Presidente de Junta?

- b. Em caso de conflito, qual a responsabilidade prioritizada?
- 6. Qual a importância das eleições autárquicas no contexto nacional?
 - a. Como as compara com os restantes atos eleitorais (legislativas, presidenciais, europeias)?
 - b. Como observa o papel do seu partido nos vários atos eleitorais? Em termos de investimento e envolvimento?
- 7. Considera que os eleitores da sua freguesia votam em si ou no partido pelo qual concorre?

ANEXO C – GRELHA DE ANÁLISE

Anexo C.1 – Delegado dos Eleitores-Foco de Representação-interação e proximidade

Conceitos	Dimensão	Indicadores	ET	Q	Unidade de Registo
Delegado dos Eleitores	Foco da Representação	interação e proximidade	1	A1	"eu faço um atendimento semanal, às quartas-feiras pelo menos...e, ou mesmo na rua, porque eu movimento-me aqui, faço compras aqui, vou ao comércio local aqui (...) o contacto é muito fácil, às vezes param-me na rua para fazer perguntas"
			2	A1e	"uma parte da vida é feita naturalmente por aqui, mas o sair para a rua, com esse intuito de estar disponível para ouvir, para resolver, para estar próximo, para perceber necessidades, é muito menor"
			3	A1	"todas as manhãs de quarta-feira e, pelo menos, um final de tarde, eu reúno com todas as pessoas da freguesia que querem falar comigo. Respondo-lhes sempre por escrito aos emails (...) o facto de eu andar na rua, de conversar com as pessoas, ir aos vários bairros"
			4	A3a	"eu também tenho dificuldade em aparecer em eventos para os quais oficialmente não estou convidado"
			6	A1	"somos interpelados diariamente pelos fregueses, pelos moradores, portanto, há uma relação não tão próxima como eu desejava, porque o objetivo é estar mais tempo na rua, infelizmente, face à grande carga burocrática que este cargo exige, não consigo estar tanto tempo na rua como gostava"
			8	A1	"aquela lógica paroquiana que caracteriza as freguesias normalmente, dentro dos conceitos tradicionais, não se aplica muito aqui (...) também ser nascida e criada aqui na Freguesia dos Olivais também me permite ter uma história de vida muito próxima"
			9	A1d	"temos que percorrer a pé as ruas, porque só com o contacto diário (...) é que nós entendemos o que as pessoas verdadeiramente querem"
			10	A6a	"temos uma população muito grande e muito heterogénea, e muito geograficamente dispersa, e por isso temos que ter também um número de mecanismos de comunicação tão diversificados quanto isto"
			11	A1	"Ouço os eleitores todos os dias. Em forma informal, quando ando na rua, coisa que tento fazer diariamente, ou de modo institucional, através dos atendimentos presenciais aos sábados"
			12	A1e	"fruto das plataformas que criei, eu tenho todas as pessoas na rua, a toda a hora, a poderem-me dar informações sobre situações várias em todas as ruas, agora, eu faço um passeio pelas ruas, não tanto para a resolução dos problemas imediatos, mas na perspetiva do planeamento"

Anexo C.2 – Delegado dos Eleitores-Foco de Representação-conhecimento e sensibilidade

Conceitos	Dimensão	Indicadores	ET	Q	Unidade de Registo
Delegado dos Eleitores	Foco de Representação	conhecimento e sensibilidade	1	A2d	"é eco e voz dos seus vizinhos e vizinhas, dos seus fregueses"
			2	A2d	"sentem pelo menos que naquele momento são ouvidas, que lhes são dadas informações válidas sobre determinados pontos de situação, determinados projetos, determinadas iniciativas"
			3	A2a	"nós chamamos a população a pronunciar-se sobre esses assuntos, independentemente de serem coisas que nós gostaríamos de decidir por nós (...) chamamos as pessoas a virem trazer as suas sugestões, incorporando depois sempre que se justifique as soluções que nos trazem"
			4	A4c	"lido com alguma dificuldade porque eu acho que às vezes há aqui uma dose de falta de gratidão das pessoas"
			6	A2b	"todas as visões do território são boas, ou seja, aprendemos sempre qualquer coisa com essas intervenções, podemos discordar mais ou concordar mais, mas é sempre positivo ter uma análise de fora sobre o território"
			8	A2b	"continua a haver alguma dificuldade em que as pessoas se dirijam à junta de freguesia para falarem das mais variadas situações (...) é mais fácil as pessoas reunirem-se por exemplo em torno de uma rede social, a falarem de inúmeras situações que não são resolvidas na rede social"
			9	A4c	"tenho que ter aqui aquela, chamada às vezes paciência de job que, perceber que o utente, o freguês é que tem razão"
			10	A4c	"depende do grau de complexidade da coisa, não é, mas fundamentalmente é a partir dali desencadeada a ação para agir ou para resolver o problema"
			11	A2d	"tudo o que vem dos moradores deve ser ouvido e considerado. Depois a forma como se age é que pode mudar em conformidade com a pertinência do problema colocado"
			12	A2a	"temos fomentado uma miríade de soluções e plataformas digitais para o encontro da comunidade (...) temos procurado apoiar e fomentar pequenas comunidades à volta de determinadas questões em particular"

Anexo C.3 – Delegado dos Eleitores-Estilo de Representação-decisão e coerência política

Conceitos	Dimensão	Indicadores	ET	Q	Unidade de Registo
Delegado dos Eleitores	Estilo de Representação	decisão e coerência política	1	B3	"eu não vejo uma grande décalage e nunca me admiro por ideias que possam parecer até um bocadinho irreais hoje, que eu tenho aqui os meios, explique-se sensatamente e sensivelmente que às vezes não tenho dinheiro para, mas que seria uma boa ideia e vamos ver"
			2	A7d	"veio da população uma petição (...) que originou, naturalmente até pessoas que se juntavam numa atividade que é promovida por uma associação local, de caminhadas noturnas, e em que de facto as pessoas propuseram isto e nós fizemos"
			3	B3	"somos mais fáceis de pressionar também, e as pessoas acham que nós temos mais competências do que aquilo que temos, portanto, esperam mais de nós do que aquilo que nós podemos fazer"
			4	B3	"as ambições e as visões que o cidadão tem não se coadunam com o programa eleitoral com o qual nós vencemos as eleições, eu tenho preocupações de minimizar naquilo que ainda que não esteja no nosso programa eleitoral"
			5	A7d	"há de facto aqui situações que, quando as pessoas veem à junta ou mandam por um email, a reclamar uma determinada coisa, às vezes, também sou-lhe franco, também é preciso ter aqui algum cuidado em gerir isto"
			7	A7d	"essas opiniões, pelo facto de moldarem aquilo que é o resultado final, eu acho que tiveram implicação política no nosso desempenho"
			8	A7d	"provavelmente na altura não seria a melhor decisão, por aquela via ou por a outra via, portanto, tínhamos a nossa estratégia definida e considerámos que aquela era a estratégia a seguir"
			9	B3	"o desejável é que nós consigamos atingir a expectativa daquilo que o eleitor deseja, (...) qual é o nosso grande problema, é que os constrangimentos às vezes não dependem de nós"
			10	A7	"sublinhamos sempre a importância da discussão pública (...) não digo que seja contra a opinião das pessoas, mas há certas decisões que são tomadas com base naquilo que são os programas eleitorais"
			12	C7	"há um meio-termo entre aquilo que todos querem e que é o máximo que cada um pode ter sem prejudicar o outro e, portanto, aí entra esta dimensão, é o tal eu, e o bom senso da gestão autárquica que diz onde é que estão mais ou menos os limites"

Anexo C.4 – Delegado dos Eleitores-Estilo de Representação-obstáculos e potencialidades

Conceitos	Dimensão	Indicadores	ET	Q	Unidade de Registo
Delegado dos Eleitores	Estilo de Representação	obstáculos e potencialidades	1	A6c	"reconheço obviamente aos meios de comunicação, bem usados, uma enorme capacidade, e uma fácil capacidade difusora"
			3	B5a	"se nos dessem 1% do orçamento do Estado, a distribuir por todas as freguesias, em termos do orçamento do Estado não era assim tão relevante quanto isso e em termos de diferença na vida das pessoas"
			4	B5a	"há um défice de participação na vida pública e, portanto, mesmo sem saber como estamos todos comprometidos com a ideia de minorizar esse défice de participação, pronto, há um problema de mobilização do tecido social, das pessoas nas tomadas de decisão"
			6	B5a	"hoje em dia, com a constituição da freguesia (...), deparamo-nos com uma situação de falta de equipamentos públicos"
			7	B6a	"estas questões das competências das freguesias (...) acho que as questões de proximidade fazem todo o sentido que sejam vistas através da junta de freguesia"
			8	B5a	"um território com dez quilómetros quadrados, quase 54 mil habitantes, e, portanto, não são apenas três pessoas, a tempo inteiro, que conseguem governar"
			9	A8	"não proponho um recuo, mas vejo com algumas dificuldades o que é que eles querem exigir para o futuro e não sei se estão completamente preparados, dotados financeiramente em termos de orçamento"
			10	B5a	"no fundo ter aqui uma alocação de receita superior atendendo à escala da população e do facto de ela estar a aumentar"
			11	B6a	"Pouco mais de 10 000 pessoas vivem em Santa Maria Maior e é com base nesse número que o nosso orçamento é atribuído, mas temos uma média de 200 000 pessoas a passar na freguesia diariamente"
			12	A8	"desmaterializar as coisas, temos que digitalizar as coisas, temos que transformar a máquina potencialmente pesada numa coisa leve e ágil"

Anexo C.5 – Delegado do Partido-Foco de Representação-relação com o partido

Conceitos	Dimensão	Indicadores	ET	Q	Unidade de Registo
Delegado do Partido	Foco de Representação	relação com o partido	1	C2	"o Partido Socialista fez-me um desafio que eu resolvi aceitar em nome dos cidadãos por Lisboa que aderiram imediatamente a esta propositura e construí à minha volta, com os vizinhos"
			2	C2a	"De impulso, de mediação, de envolvimento, de decisão"
			4	C2b	"as listas são sufragadas pelo partido, são votadas primeiro em secção, depois em concelhia e, portanto, o partido é absolutamente central"
			5	C1a	"Fillei-me há quatro anos porque era a única forma que eu tinha, segundo me disseram do partido, de vir a ser presidente de junta"
			6	C2	"Foi um desafio que me colocaram, os dirigentes partidários, pelo facto de eu viver aqui e de ter um conhecimento do território(...) provavelmente as pessoas reconheceram em mim a capacidade de poder formar uma equipa e de me apresentar a votos"
			7	C2a	"eu acedi ser o candidato e pronto, foi uma decisão que foi acompanhada pelo partido, mas foi comunicada ao partido na altura certa que o partido apoiou"
			8	C2a	"mediante uma estratégia política, não só local como também concelhia (...) muito ativa politicamente (...) e foi uma candidatura normal, consensual, a vários níveis, e, pronto, quando me colocaram esse desafio eu abracei-o"
			10	C2a	"candidatura não é minha, a candidatura é, a candidatura do Partido Socialista"
			11	C2a	"O partido foi quem validou e sempre apoiou a candidatura"
			12	C2	"quando o partido se voltou para mim (...) e disse (...) vai lá ser candidato à junta"

Anexo C.6 – Delegado do Partido-Foco de Representação-influência e orientação

Conceitos	Dimensão	Indicadores	ET	Q	Unidade de Registo
Delegado do Partido	Foco de Representação	influência e orientação	1	C3	"não foi debatido partidariamente, foi debatido com os fregueses, foi debatido com militantes do partido socialista, com outros eventualmente, não perguntei a ninguém"
			2	C4b	há estruturas que apoiam todo o trabalho e todo o processo até à chegada da decisão final (...), há um processo de construção, de auscultação, de perceção daquilo que é a melhor decisão. (...) há aqui envolvimento mútuo"
			3	C4	"O partido nunca, eu nunca tive até hoje o partido a meter-se, mesmo quando tive de tomar, e já as tomei, posições contra a câmara, nunca tive o partido a tentar condicionar-me"
			4	C4	"as secções do partido, que é quem faz a discussão local, tem vindo a perder capacidade (...) se calhar há dez anos atrás as secções tinham mais peso na discussão das políticas da junta de freguesia"
			5	C3b	"o Partido Socialista sofre de um problema, a militância tem preguicite"
			6	C3a	"o programa foi elaborado por toda a minha equipa (...). Depois ouve uma validação superior"
			7	C4	"até hoje não senti de maneira nenhuma a interferência exterior da parte da organização partido"
			9	C4	"a decisão final é minha, mas acho que todos influenciam a minha decisão final. É um bocado isto, agora o partido, definitivamente, não."
			10	C3	"no PS é assim, imagino que seja com todos, a construção dos programas políticos faz-se concertadamente para a cidade e depois na qual as prioridades de cada freguesia vão encaixando"
			12	C4	"há uma delegação do partido na condução dos trabalhos por parte do presidente e do executivo (...) quem define a condução de política é o executivo e o presidente da junta de freguesia."

Anexo C.7 – Delegado do Partido-Estilo de Representação-decisão e responsabilidade

Conceitos	Dimensão	Indicadores	ET	Q	Unidade de Registo
Delegado do Partido	Estilo de Representação	decisão e responsabilidade	1	C4c	"Há situações de debate profundo..., mas não conflituantes"
			2	C4d	"houve aqui discrepâncias, sim. Do ponto de vista daquilo que foi a avaliação local e daquilo que era a avaliação..."
			3	C5a	"Presidente de junta não foi uma responsabilidade atribuída pelo partido, foi pelas pessoas"
			4	C5c	"o compromisso que eu assumi com os eleitores de Alvalade, tem um significado político muito mais forte do que o compromisso que eu individualmente assumi com o meu partido"
			5	C4e	"como nunca vivi da política, sempre tive a minha vida, social e pessoal, e particular organizada fora de Lisboa, fora dos partidos, nunca tive que ir, como eles dizem, ir à mãezinha"
			7	C5c	"tem que se dar prioridade ao órgão para o qual se está eleito, que o povo nos elegeu, e é por aí que nós temos que tomar as decisões"
			8	C5c	"Se houvesse um conflito, fraturante, no mesmo momento entregaria o cartão do PS"
			9	C4e	"o partido não determina a política (...) Agora no sentido de que, pá, nós gostaríamos de ver esta situação resolvida e tudo...se for um ideário que eu ache que está dentro do que é nosso, tudo bem. Não tenho grande conflitualidade com o partido"
			10	C5c	"a função principal enquanto presidente de junta de freguesia tem a ver com a gestão do território e dar resposta à população local, essa é que a prioridade, se outra coisa conflitua com esta, naturalmente esta é que origina o mandato e esta é que origina o exercício de poderes públicos"
			12	C5c	"a minha primeira responsabilidade é para a comunidade que me elegeu. (...) em primeiro lugar estou disponível para elas, depois, a seguir, tenho um conjunto de responsabilidades políticas e político-partidárias, mas que caem perante esta"

Anexo C.8 – Delegado do Partido-Estilo de Representação-potencialidades e obstáculos

Conceitos	Dimensão	Indicadores	ET	Q	Unidade de Registo
Delegado do Partido	Estilo de Representação	potencialidades e obstáculos	1	C7	"foi possível que uma pessoa, não militante de qualquer partido, que também assumiu naturalmente que estava nas listas do partido socialista"
			4	C7	"diria que votaram no partido, porque eu acho que aqui em Alvalade, nas freguesias grandes, a maior parte das pessoas não sabe quem é o presidente da junta"
			5	C7	"64% das pessoas votaram em mim, e o resto votou no partido."
			6	C7	"nas próximas eleições, eventualmente já me poderão reconhecer alguns méritos políticos para votarem só em mim, agora, há muita gente que vota pelo partido"
			7	C7	"uma parte considerável das pessoas votou em mim, até porque, como disse, muita gente me conhece cá na freguesia, eu nasci na freguesia há 51 anos e vivo cá durante este tempo todo"
			8	C6a	"as eleições autárquicas, no meu ponto de vista, são as eleições mais importantes do espectro político (...) as pessoas apesar de reconhecerem o rosto do presidente de junta é inevitável que o associem ao seu partido político"
			9	C6b	"o partido, sinceramente, se envolve mais nas legislativas"
			10	C6a	"é uma realidade iminentemente local da qual não se fazem essas extrapolações, não vejo aí essa ligação, obviamente nalguns casos, por serem eleições, as tais chamadas de segunda ordem (...) às vezes são utilizadas para o chamado 'cartão amarelo'"
			11	C6a	"na pirâmide do poder as autarquias são quem está mais próximo dos moradores"
			12	C6a	"a personalização do voto, na autarquia local, freguesia (...) O meu partido leva a mãe de todas as tarefas, e eu subo o meu resultado eleitoral"